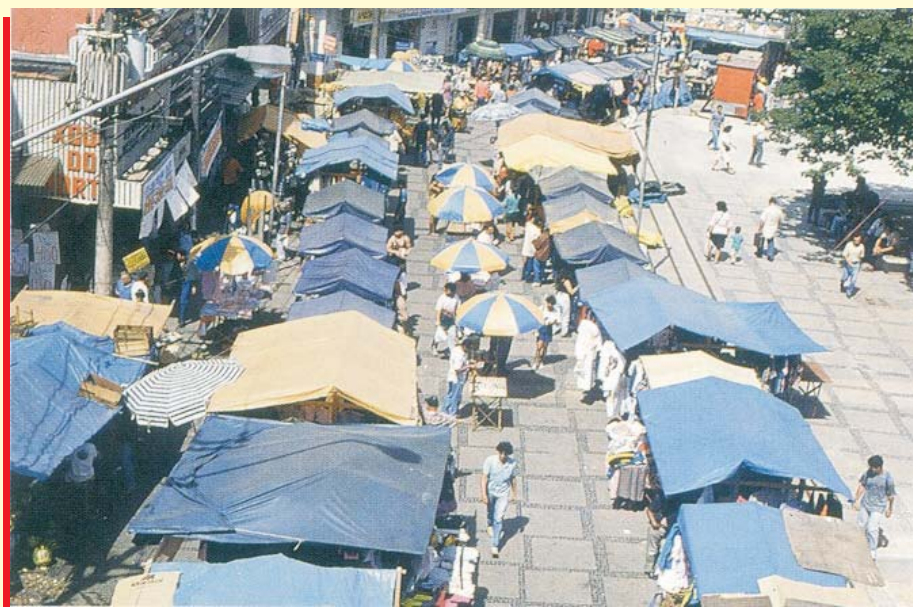




FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais

DETERMINANTES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



Uma Análise a Partir da Pesquisa de Emprego
e Desemprego (PED) para 2001

 **MINAS GERAIS**
GOVERNO DO ESTADO
PLANEJAMENTO E GESTÃO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E ESPORTES
SUBSECRETARIA DE
TRABALHO E ASSISTÊNCIA
SOCIAL
Construindo um novo tempo



FAT
AMPARO AO
TRABALHADOR

MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO

RMBH



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais

**DETERMINANTES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH):**

**Uma Análise a Partir da Pesquisa de
Emprego e Desemprego (PED) para 2001**

Belo Horizonte
Julho de 2003

Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações.

Determinantes da distribuição de renda da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH): uma análise a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para 2001. - Belo Horizonte, 2003.

47p. : il

1. Distribuição de renda Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2. Emprego – Região Metropolitana de Belo Horizonte. 3. Desemprego - Região Metropolitana de Belo Horizonte. 4. Educação - Região Metropolitana de Belo Horizonte. I. Título.

CDU 339.2(815.11 RMBH)



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
GOVERNADOR Aécio Neves

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SECRETÁRIO Antônio Augusto Junho Anastasia

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
PRESIDENTE Prof. Amilcar Martins

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
ASSESSORA-CHEFE Lucilene da Silva Rodrigues

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
DIRETORA Laura Maria Irene De Michelis Mendonça

FICHA TÉCNICA

ELABORAÇÃO

Alexandre Queiroz Guimarães

COORDENAÇÃO TÉCNICA DA PED/RMBH

Plínio de Campos Souza

ESTATÍSTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS

Maria Ramos de Souza

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Eustáquio Mário R. Braga

ESTAGIÁRIA

Laécia Rodrigues de Souza

COORDENAÇÃO E PRODUÇÃO EDITORIAL

Jussara Maria Januzzi

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

João Bosco Assunção

NORMALIZAÇÃO

Helena Schirm

REVISÃO

Luiz Carlos Freitas Pereira

JORNALISTA RESPONSÁVEL *Francisco Batista Teixeira*

É permitida a reprodução dos dados, desde que citada a fonte.

CONTATOS E INFORMAÇÕES

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI)

Alameda das Acácias, 70 – Bairro São Luís /
Pampulha

CEP: 31275-150 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Telefones: (31) 3448-9719 / 3448-9557

Fax: (31) 3448-9614 / 3448-9546

www.fjp.gov.br - e-mail: cei@fjp.gov.br

SUMÁRIO

- 1 INTRODUÇÃO, 1**
- 2 DETERMINANTES DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL, 2**
- 3 ANÁLISE EMPÍRICA – DETERMINANTES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA RMBH, 13**
 - 3.1 Considerações metodológicas, 13**
 - 3.2 Análises a partir do Índice de Theil, 14**
 - 3.2.1** Influência da escolaridade sobre a renda, 14
 - 3.2.2** Influência da posição na ocupação, 15
 - 3.2.3** A influência do setor de atividade na distribuição de renda, 24
 - 3.2.4** Tamanho da empresa e tempo de permanência no emprego ou negócio como determinantes das diferenças de renda nos setores produtivos, 28
 - 3.3 Mudanças verificadas entre 1996 e 2001, 29**
- 4 RESULTADOS A PARTIR DA REGRESSÃO, 33**
- 5 CONCLUSÃO, 38**
- 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 41**

DETERMINANTES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH):

Uma Análise a Partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para 2001

*Alexandre Queiroz Guimarães**

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é efetuar um estudo da distribuição de rendimentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), identificando seus principais determinantes e a importância relativa de algumas variáveis para a explicação da desigualdade de renda. Antes de tratar do estudo empírico, optou-se por realizar uma pequena síntese do debate sobre distribuição de renda no Brasil, com uma rápida visão do estado do debate, e introduzir as variáveis relevantes para explicar o alto grau de desigualdade vigente no país. Na seção posterior, os dados da Pesquisa de Emprego-Desemprego (PED) são utilizados para testar os impactos dessas variáveis na distribuição de renda na RMBH.

* *Doutor pela University of Sheffield. Pesquisador da Fundação João Pinheiro e professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Gostaria de agradecer a Maria Ramos e a Laetícia Rodrigues de Souza pela ajuda durante a elaboração do trabalho e pelos comentários e sugestões.*

2 DETERMINANTES DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

O Brasil apresenta uma das piores distribuições de renda do mundo. Aliada à baixa renda per capita, o país possui também altíssimos índices de desigualdade, que agravam os problemas sociais e condenam grande parcela da população a condições de vida muito precárias.

Além dos claros efeitos negativos em termos de justiça social e ética, são também consideráveis os efeitos negativos de uma má distribuição de renda sobre o funcionamento da economia. Enquanto algumas teorias enfatizam os efeitos positivos de uma alta concentração de renda sobre a taxa de poupança¹, um outro conjunto de trabalhos tem enfatizado outros aspectos que mais que anulam aquele possível efeito (FERREIRA, 2002, p. 134).

Em primeiro lugar, a grande desigualdade, somada à inexistência de um mecanismo efetivo de crédito, retira de muitos indivíduos a possibilidade de realizar investimentos em educação, cujos retornos tendem a ser maiores que os recursos investidos. Em segundo lugar, uma grande desigualdade tende a provocar crises e violência social, distorcendo a alocação de recursos produtivos, produzindo um clima de insegurança e incerteza e afetando negativamente os investimentos. E finalmente, como a desigualdade de renda tende a ser acompanhada por desigualdade de poder político, a grande concentração de renda tende a levar a decisões políticas que, favorecendo grupos específicos, não leva em consideração as necessidades de grande parcela da população (FERREIRA, 2002, p. 134).

A má distribuição de renda no Brasil tem origem no período colonial, resultado da política de distribuição de terras e das características de organização econômica e social. As terras estavam concentradas nas mãos de poucos latifundiários e na época da independência as propriedades já estavam todas distribuídas, em um país que era praticamente deserto (CARVALHO, 1996, p. 303). Assim, essa distribuição desigual de riqueza e poder político, somada às características de uma sociedade escravocrata e fortemente segmentada, contribuiu para a perpetuação de uma má distribuição de renda no século XX. As políticas favoreciam os grupos poderosos e havia poucos estímulos para incorporar os pobres ou adotar políticas em seu favor.²

¹ Ao observar o caso brasileiro, é duvidoso que a alta concentração de renda teve assim efeitos muito positivos sobre a taxa de poupança, que permaneceu baixa.

² Um ótimo exemplo é a falta de uma política que favorecesse a imigração de trabalhadores do Nordeste brasileiro para as lavouras cafeeicultoras no Sudeste. O governo preferiu favorecer a entrada de imigrantes europeus (LEFF, 1997).

As características do modelo de industrialização adotado no século XX também tiveram efeitos negativos sobre a distribuição de renda. A adoção de um modelo de industrialização capital intensivo, forma assumida pelo modelo de industrialização tardio e periférico, não esteve em sintonia com a grande disponibilidade de fator trabalho. A industrialização se deu assim com pouca capacidade de absorver mão-de-obra, contribuindo para a geração de um setor informal, pouco produtivo, lado a lado com o setor dinâmico da economia.³

Não há dúvida de que parte dessas características deve-se à importação de tecnologia, dada a impossibilidade de gerá-la e desenvolvê-la internamente – reflexo do *timing* da industrialização e de nossa posição periférica. No entanto, existe evidência de que um modelo que tivesse dado mais atenção à agricultura ou que procurasse desenvolver manufaturas intensivas em trabalho, visando à exportação, teria efeitos mais favoráveis sobre a distribuição de renda. Isso é ilustrado pelas experiências de Taiwan e Coreia onde, até a década de 70, uma indústria trabalho-intensiva, voltada para exportação, produziu efeitos muito favoráveis em termos de crescimento e distribuição de renda, a despeito do fraco poder dos sindicatos.

O modelo adotado até a década de 80 foi também caracterizado por um tratamento permissivo em relação à inflação. Assim, entre crescer mais rápido com inflação ou mantê-la sob controle, optou-se, na maior parte dos casos, pela primeira alternativa. Nesse sentido, tal opção provocou efeitos negativos sobre a distribuição de renda, dada a reconhecida menor capacidade dos pobres de proteger sua renda contra os aumentos de preços. O efeito perverso da inflação também se transmitiu por meio das políticas antiinflacionárias, centradas em forte controle (e confisco) salarial (vide o PAEG, adotado pelo governo Castelo Branco, o mais bem-sucedido plano de estabilização antes do Plano Real).

Em síntese, os fatores apontados, diretamente ligados à organização do sistema político e às características do modelo de industrialização, fornecem um *background* histórico para a análise dos determinantes da distribuição de renda no país. A partir deles, pode-se voltar para uma análise dos fatores que determinam a renda recebida pelo indivíduo no mercado, enfatizando a contribuição de diferenças de atributos entre os indivíduos e do funcionamento do mercado de trabalho.

Como bem sintetiza Ferreira (2002, p. 135-136), as desigualdades de renda são explicadas por diferenças inatas entre os indivíduos, por diferenças adquiridas pelos indivíduos (escolaridade e

³ Enquanto entre 1949 e 1964 a participação da indústria no PIB total cresceu de 19% para 30%, a participação do emprego industrial no emprego total cresceu apenas de 7,8% para 8,26%, contribuindo para a geração de um terciário ocioso.

experiência, por exemplo) e pelas características do mercado de trabalho, que transforma essas diferenças em diferenças de renda ou mesmo cria diferenciais de renda. Quando indivíduos com produtividade idêntica ocupam postos de trabalho diferentes, obtendo portanto remunerações diferentes, diz-se haver segmentação no mercado de trabalho (RAMOS; VIEIRA, 2001, p. 03). A segmentação entre mercado formal e mercado informal de trabalho é a mais importante. Por sua vez, quando indivíduos com produtividade similar ocupam postos de trabalho similares mas são remunerados diferentemente, e essas diferenças relacionam-se a certas características inatas como raça e gênero, diz-se haver discriminação. Uma tarefa importante é investigar a contribuição de cada um desses fatores para explicar a alta concentração de renda existente no país.

Uma introdução ao debate sobre distribuição de renda no Brasil leva necessariamente ao debate realizado no início da década de 70, motivado pelos efeitos deletérios que o rápido crescimento econômico do Milagre Brasileiro tiveram sobre a distribuição de renda.⁴ Langoni (1973), em um trabalho que teve forte impacto, encontrou nos diferenciais de escolaridade a variável-chave para entender a grande desigualdade de rendimentos. Utilizando o logaritmo das variâncias, Langoni concluiu que variações na composição educacional da força de trabalho teriam sido o fator mais importante para explicar o crescimento na concentração de renda no período. Segundo Langoni, mudanças na composição educacional da força de trabalho seriam responsáveis por 32% do aumento da desigualdade de renda, enquanto mudanças nas rendas relativas dos diversos grupos de escolaridade teriam explicado 23% da variação na desigualdade (RAMOS, 1993, p. 23).

O argumento teórico de Langoni tem fortes semelhanças com o clássico argumento desenvolvido por Kuznetz (1955). Segundo esse autor, o aumento no grau de escolaridade de parte da população, em uma fase intermediária de desenvolvimento econômico, tenderia a ser acompanhado por uma deterioração na distribuição de renda. Isto seria explicado pela baixa elasticidade da oferta de trabalho qualificado e pelos altos retornos de mercado da educação nessas primeiras fases, levando os indivíduos que estariam se qualificando a receber salários bem mais elevados que aqueles com baixa qualificação. Portanto, em um primeiro momento, a distribuição de renda se concentraria, mas com o crescimento do número de pessoas qualificadas e a conseqüente queda relativa do valor de mercado da educação, o resultado, no médio e longo prazo, seria uma melhoria na distribuição de renda.⁵

⁴ Nos anos 60, por exemplo, o índice de Gini aumentou de 0,5 em 1960 para 0,568 em 1970.

⁵ Em outras palavras, o crescimento rápido da demanda por trabalho qualificado, não acompanhado pelo crescimento da oferta de trabalho qualificado, dada sua inelasticidade no curto prazo, tenderia a provocar uma elevação do rendimento daqueles mais qualificados. Devido ao baixo grau de escolaridade e aos grandes diferenciais de

Várias críticas seguiram-se ao trabalho de Langoni. Incorporando outras variáveis, como tempo de serviço, setor de atividade, diferenças regionais e posição na ocupação, Fishlow (1973) concluiu que a escolaridade, embora importante, não tinha um poder explicativo tão alto como o enfatizado por Langoni (RAMOS, 1993, p. 23-25). Além disso, ao desmembrar a importância da escolaridade, Fishlow concluiu que as variações na sensibilidade da renda ao grau de escolaridade (efeito renda) foram mais importantes que mudanças na composição da força de trabalho (efeito composição)⁶. Esta conclusão foi também obtida por Ramos (1993, p. 28), aplicando outra metodologia para os dados dos anos 60.⁷

As divergências de Fishlow ao trabalho de Langoni não se limitaram ao menor poder explicativo da escolaridade e às diferentes contribuições dos efeitos composição e renda. Relativizando a importância do papel da escolaridade, Fishlow destacou os efeitos perversos da política salarial imposta pelos militares. Segundo Fishlow, a política salarial, que eliminava o poder de barganha dos trabalhadores e impunha taxas de reajuste inferiores à inflação, penalizou muito mais os trabalhadores menos qualificados, aqueles que se encontravam na margem inferior da distribuição de renda (RAMOS, 1993, p.25). Os trabalhadores mais qualificados, ao contrário, possuíam outros mecanismos de negociação e estavam mais sujeitos aos mecanismos de oferta e procura. Portanto, Fishlow indica a existência de uma correlação espúria. Parte significativa do poder explicativo da escolaridade estaria relacionada ao fato de que os trabalhadores menos afetados pela política salarial eram aqueles que possuíam maior grau de escolaridade.⁸

Apesar das divergências, os argumentos dos dois autores apresentavam certo grau de complementaridade. Fishlow não negava a importância da escolaridade, apenas relativizava sua contribuição e acentuava a relevância de outras variáveis, como a política salarial. No entanto, o

escolaridade, isso tenderia a provocar deterioração na distribuição de renda. Depois de certo tempo, no entanto, o aumento na escolaridade tenderia a reduzir as quase-rendas recebidas por esses trabalhadores mais qualificados, reduzindo assim a desigualdade de rendimentos (RAMOS; REIS, 1991, p. 34).

⁶ *É importante enfatizar a relevância desses dois efeitos, visto que serão freqüentemente mencionados nessa e em outras seções. O efeito composição reflete modificações na distribuição de renda explicadas por mudanças na composição da força de trabalho. No caso específico da escolaridade, reflete mudanças no nível educacional da força de trabalho. Já o efeito renda reflete a renda relativa obtida por cada grupo em análise (no caso da escolaridade, a renda obtida por cada grupo de escolaridade). Um exemplo ajuda a esclarecer o significado de cada efeito. Imagine uma população em que não ocorra, em certo período, nenhuma mudança na composição educacional da força de trabalho. A despeito disso, a distribuição de renda pode piorar se as rendas obtidas pelos indivíduos com maior escolaridade aumentarem vis-à-vis àquelas obtidas pelos indivíduos com escolaridade primária. Nesse caso, o aumento na desigualdade dever-se-ia exclusivamente ao efeito renda. No extremo oposto, a sensibilidade da renda à escolaridade pode permanecer constante, mas o fato de os indivíduos atingirem um grau maior de escolaridade, reduzindo a desigualdade educacional entre a população, tenderia a ter um efeito positivo sobre a distribuição de renda. Nesse segundo caso hipotético, a modificação na distribuição de renda seria explicada exclusivamente pelo efeito composição.*

⁷ *Embora, como Ramos (1993) aponta, a precariedade dos dados para essa década relativize o poder das conclusões.*

⁸ *Um resultado em consonância com a maior importância do efeito renda encontrada por Fishlow.*

grau de polarização foi amplificado pelo contexto altamente politizado que acompanhou o debate, fruto das características autoritárias do regime militar. A tese de Langoni, ao enfatizar o papel do efeito composição e indicar uma tendência à melhoria na distribuição de renda, a despeito das políticas repressivas dos militares, acabou provocando forte reação dos críticos do regime. Isso acabou por desviar o debate, impedindo maiores avanços metodológicos na direção de determinar a contribuição da escolaridade e de outras variáveis para a desigualdade de renda.

Como enfatiza Ferreira (2002, p. 143), os trabalhos desenvolvidos nos anos 90, muitos deles por Ricardo Paes de Barros e seus colaboradores, tiveram um papel muito importante para ‘despolitizar’ o debate e ‘legitimar’ o argumento de que a má distribuição de renda está em grande parte associada aos diferenciais de escolaridade e à alta sensibilidade da renda a esses diferenciais. O fim do regime militar e a mudança de política salarial nos anos 80 não foram acompanhados por melhoria na distribuição de renda. Nos anos 90, o controle da inflação teve efeitos positivos sobre a distribuição de renda, mas os grandes diferenciais de renda persistiram. Apesar de variações ao longo das últimas décadas, o poder explicativo da escolaridade continuou muito alto em todo esse período (FERREIRA, 2002, p. 155).⁹

Assim, em diversos trabalhos realizados nas últimas décadas, a escolaridade aparece como a mais importante variável conhecida para a explicação dos diferenciais de renda. Em termos brutos, considerando isoladamente a contribuição de cada variável (ver seção 3.1), a escolaridade explica entre um terço e metade da desigualdade total, variando de acordo com o período e com a metodologia utilizada. Quando considerada em conjunto com outras variáveis, a escolaridade explica cerca da quarta parte da desigualdade total (RAMOS; VIEIRA, 2001, p.07). Segundo Barros e Reis (1989 apud RAMOS, 1993, p.48), por exemplo, com dados para os anos 80, a desigualdade salarial seria reduzida em cerca de 50% se fossem eliminados os diferenciais de rendimentos entre os grupos de escolaridade. Barros, Henriques e Mendonça (2002, p. 409), por sua vez, vêem a escolaridade responsável por cerca de dois terços das fontes de desigualdade identificáveis e concluem que uma eliminação na heterogeneidade educacional reduziria em 40% a desigualdade salarial.

Estudos comparativos reforçam a importância da escolaridade como variável-chave para explicar as desigualdades de renda em diversos países. Ramos e Vieira (2001, p. 8-9) enfatizam o alto poder explicativo da escolaridade em vários países latino-americanos, com exceção de Chile e

⁹ Como enfatizam Ramos e Vieira (2001, p. 07), o poder explicativo da escolaridade foi maior nas décadas de 70 e 90 e menor na década de 80.

Argentina, onde o poder explicativo é menor. No entanto, essa contribuição da escolaridade é ainda maior no Brasil, tanto em termos relativos como em termos brutos.¹⁰ Em comparação com os Estados Unidos, Barros, Henriques e Mendonça (2002, p. 410) acham que a escolaridade contribui para explicar 47% dos diferenciais de salário no Brasil, contra apenas 15% nos Estados Unidos. Os autores mostram também que a desigualdade entre os trabalhadores com instrução similar é pouco superior no Brasil (7%) quando comparada com os Estados Unidos, e que o principal divisor de águas é realmente a desigualdade de rendimentos entre trabalhadores com escolaridade diferente.¹¹

O poder explicativo da escolaridade relaciona-se ao alto grau de desigualdade educacional existente no Brasil. Segundo Lam e Levinson, citados por Bonelli e Sedlacek (1991, p. 72), “... a desigualdade na distribuição de educação é cerca de 4 vezes maior no Brasil do que nos EUA, quando medida pelo coeficiente de variação nos anos de estudo”. Essa grande desigualdade de escolaridade está, por sua vez, diretamente associada ao baixo nível de escolaridade e ao atraso do sistema educacional. Barros, Henriques e Mendonça (2002, p. 416; 420) enfatizam o baixo nível de escolaridade média no Brasil, mesmo quando comparado com países com estágio similar de desenvolvimento.¹²

Uma comparação com Taiwan, como enfatizado por Barros, Henriques e Mendonça (2002, p. 417), indica uma expansão muito lenta do sistema educacional no Brasil. Os autores mostram que, em 1992, a diferença de anos de escolaridade média entre a faixa etária entre 15 e 30 anos e a faixa etária entre 50 e 65 anos era de apenas 80% no Brasil, enquanto em Taiwan essa diferença era de 1,6 vez. Esses números evidenciam as taxas diferenciadas de expansão do sistema educacional nos 35 anos anteriores ao início da década de 90. Em Taiwan, onde a taxa de escolaridade da faixa entre 15 e 30 anos era quase o dobro da brasileira (11 anos de estudos vis-à-vis seis anos no caso brasileiro), a taxa de expansão do sistema educacional foi muito mais rápida.

Ao baixo nível médio de escolaridade e às grandes diferenças na distribuição de escolaridade soma-se a alta sensibilidade da renda em relação à escolaridade. Bonelli e Sedlacek (1991: 72) concluem que um ano adicional de estudo tende a elevar a renda em 15%, uma taxa bem superior àquela verificada em outros países, “mesmo em países em estágio de desenvolvimento semelhante

¹⁰ Devido à grande desigualdade de renda verificada no país, a contribuição absoluta da escolaridade para a desigualdade assume níveis muito elevados.

¹¹ Essa desigualdade no Brasil, segundo os Barros, Henriques e Mendonça, (2002, p. 410), “é cerca de 500% mais elevada que nos Estados Unidos”.

¹² Utilizando um grupo de países latino-americanos como comparação, que incluíam países pobres como Bolívia, Peru e Equador, Barros, Henriques e Mendonça (2002, p. 410) encontram uma escolaridade média no Brasil um ano inferior à média geral. Dada a taxa de crescimento do sistema educacional, os autores acreditam que o Brasil estaria atrasado em uma década.

ao Brasil”. Em comparação com os Estados Unidos, Barros, Henriques e Mendonça (2002, p. 417) enfatizam que no Brasil, um ano a mais de escolaridade tende a elevar a renda em 16%, contra 10% no caso dos Estados Unidos. Em síntese, o alto grau de poder explicativo da escolaridade reflete a grande desigualdade de escolaridade existente no país e o fato da sensibilidade da renda à escolaridade ser mais elevada no Brasil do que em outros países.

Considerada a grande importância da escolaridade para explicar os diferenciais de renda no Brasil, um outro ponto é determinar a contribuição relativa dos efeitos composição e renda na explicação das variações na desigualdade. Para o período 1976-1985, Ramos (1993) mostra que variações nos diferenciais de renda entre os grupos foram muito mais importantes que variações na composição da força de trabalho. No período 1977-1981, marcado por altas taxas de crescimento econômico, a renda média dos grupos de menor escolaridade aumentou relativamente àquela dos grupos de maior escolaridade, explicando 13,2% da variação na desigualdade de renda. O efeito composição teve contribuição negativa de 7%.¹³ Já na primeira metade dos anos 80, a recessão afetou mais fortemente os grupos com menor qualificação e o efeito renda foi fundamental para explicar a deterioração da distribuição de renda no período. O efeito renda explicou 16,6% da variação na desigualdade, enquanto o efeito composição explicou apenas 3,9%.¹⁴

Ramos (1993, p.39-40) conclui pela existência de um fator cíclico, indicando melhoria relativa da renda dos grupos com menor qualificação durante as fases de crescimento econômico, seguidos por forte deterioração dessa renda nos períodos de crise. Os cálculos de Ramos (1993, p.50) autorizam a conclusão das teorias do *Labor hoarding*, segundo as quais a existência de custos diferenciados de reposição leva as firmas a conservar seus trabalhadores mais qualificados nos momentos de crise, enquanto teriam muito menos cautela para demitir os trabalhadores não-qualificados.¹⁵ Isso explicaria a correlação positiva entre recessão econômica e aumento na desigualdade de renda.

As conclusões de Ramos (1993) têm importante implicação para o debate. Em primeiro lugar, os resultados alcançados para o período 1977-1981 dão vazão a certo otimismo. Pois, ao contrário do ocorrido durante o milagre econômico, o ciclo de crescimento econômico foi acompanhado por

¹³ Isso quer dizer que, enquanto o efeito renda contribuiu para explicar a melhoria na distribuição de renda, o efeito composição, se considerado isoladamente, estaria contribuindo para uma deterioração na distribuição de renda. Isso quer dizer que a melhoria na distribuição de renda foi acompanhada por um aumento na desigualdade na distribuição de educação.

¹⁴ Ramos e Vieira (2001, p.10) sustentam que, para o período 1981-1985, o efeito renda explica 22,3% da variação na distribuição de renda, enquanto o efeito composição (ou efeito alocação) explica 2,23%.

¹⁵ Como aponta Ramos (1993, p.59), “A literatura sobre labor hoarding sustenta que os diferenciais entre mão-de-obra qualificada e não-qualificada tendem a crescer na parte inferior e a diminuir na parte superior do ciclo econômico”.

melhoria na distribuição de renda. No entanto, como enfatiza Ramos (1993, p.49-50), isso não se deveu ao efeito composição, como previsto por Langoni. Para o período 1977-1985, Ramos (1993, p.58) conclui que a contribuição do efeito composição foi negativa. Embora o nível médio de instrução se elevasse em 11%, “a desigualdade associada à sua distribuição aumentou em 4%”.

Para o período 1985-1989, Ramos e Vieira (2001, p.10-12) concluem que o efeito composição teve contribuição favorável para melhorar a distribuição de renda, mas isso foi mais que compensado pelo efeito renda, responsável pela deterioração da distribuição de renda nesse tempo. Para 1992-1995, Ramos e Vieira enfatizam que o efeito renda teria sido responsável por mais de um terço do aumento da desigualdade. De 1995 a 1999, houve redução na desigualdade mas, segundo os autores, isso não se deveu ao efeito renda. O efeito composição, por sua vez, explicou 7,68% da variação na desigualdade.

Uma importante conclusão é que o efeito composição não teve o resultado previsto por Langoni e Kuznetz. A mudança na composição da força de trabalho em direção a maiores níveis de escolaridade, verificada em todos esses anos, embora em ritmo lento, não foi capaz de produzir significativamente um aumento relativo da renda dos mais pobres vis-à-vis os mais ricos. No entanto, ao contrário do ocorrido nos anos 60, há espaço para algum otimismo. Dado o aumento no grau de escolaridade, como verificado na última década, um novo ciclo de crescimento econômico pode ser marcado por um efeito renda favorável aos grupos com menor escolaridade. Essa, no entanto, é apenas uma possibilidade, a ser verificada em face das mudanças tecnológicas recentes e do forte aumento do desemprego.

Além da escolaridade, os estudos procuraram avaliar a contribuição da posição da ocupação, do setor de atividade, de diferenças regionais e de discriminação por sexo e cor para a desigualdade de renda. Depois da escolaridade, a contribuição mais importante é desempenhada pela posição na ocupação que, em termos brutos, chegou a explicar cerca de 20% da desigualdade. Ramos (1993, p.69) observou que, em termos de posição na ocupação, o efeito importante foi o efeito renda¹⁶, visto que houve pouca variação na distribuição da força de trabalho por posição na ocupação.

Nas diversas análises, o setor de atividade teve contribuição muito reduzida para explicar variações de renda. Isso se deve não apenas ao fato da diferença de renda média entre os setores urbanos ser reduzida. Além disso, as modificações na composição setorial da força de trabalho não

¹⁶ Durante o período de crescimento 1976-1981, a renda dos assalariados em relação aos empregadores se eleva, o mesmo acontecendo com a renda relativa dos autônomos vis-à-vis a renda dos assalariados. Essa tendência é revertida durante a crise dos anos 80, em um grau ainda maior que a mudança verificada anteriormente.

foram muito grandes, principalmente no que tange à transferência de trabalhadores do setor informal e de outras atividades com baixa produtividade, como agricultura de subsistência, para os setores mais modernos da economia. Da mesma forma, a contribuição das desigualdades regionais para a desigualdade de renda foi bastante reduzida. Embora existam substanciais diferenças nas rendas médias entre os estados do país, sua contribuição para explicar a desigualdade total de renda é bastante reduzida.

O mesmo vale para a discriminação por sexo e por cor. Embora existam claros sinais de discriminação, visto que mulheres e negros recebem menos que brancos e homens com produtividade similar ocupando postos de trabalho similar, a contribuição dessa desigualdade para a desigualdade total de renda é muito reduzida. Em outras palavras, se esse diferencial fosse eliminado, seu impacto na distribuição total de renda seria muito baixo¹⁷ (RAMOS; VIEIRA, 2001, p.7).

A partir desse resultado, Ramos e Vieira (2001) concluem que o mercado de trabalho tem-se mostrado muito mais revelador de diferenças entre os indivíduos do que criador de desigualdade. Em outras palavras, o maior poder explicativo da escolaridade implica que a diferença entre atributos adquiridos pelos indivíduos é um fator fundamental para explicar os diferenciais de renda, sendo muito mais importante que aqueles produzidos pela segmentação do mercado de trabalho (medido pela posição na ocupação e setor de atividade) ou pela discriminação por sexo ou cor (RAMOS; VIEIRA, 2001, p.7). No entanto, é importante não esquecer que grande parte da desigualdade não é explicada (cerca de 50%) e que a importância da escolaridade não está corroborando nenhuma teoria – como a teoria do capital humano, por exemplo –, mas apenas indicando a ocorrência de uma forte correlação.¹⁸

Escolaridade e luta de classes

Ferreira (2002) enfatiza como as mudanças de regime e de política salarial não foram acompanhadas por substancial melhoria da distribuição de renda, um efeito que reforça a relevância da escolaridade como variável explicativa. No entanto, o autor insiste que essa importância da escolaridade não elimina os efeitos políticos da luta de classes, críticos para entender a grande

¹⁷ Assim, em ordem de importância, a escolaridade é a variável mais relevante para explicar diferenciais de renda, seguido pela posição na ocupação – com contribuição explicativa muito menor – e pela discriminação por sexo e cor, cuja contribuição é também muito menor do que a posição na ocupação (RAMOS; VIEIRA, 2001, p.7).

¹⁸ Como Ramos (1993, p. 51) conclui, “... seja por elevar a produtividade individual, seja por servir de indicador de outras características produtivas ou como mera ‘credencial’, o fato é que educação é reconhecidamente um fator relevante para a explicação dos salários individuais: quanto maior o nível de escolaridade do trabalhador, maior tende a ser o seu salário”.

desigualdade de renda existente em nossa sociedade. Porém, os efeitos dessa luta de classes devem ser buscados menos nas políticas de reajuste salarial do que nas condições de acesso à educação e nos diferenciais de influência política sobre a política educacional.

Como o sistema público de educação é, em geral, muito ruim, ele reduz significativamente o estímulo para os pobres investirem em educação. Ao mesmo tempo, os pobres não contam com um mercado eficiente de crédito que dê acesso às melhores escolas privadas. Dadas essas condições e em face de um *trade off* entre investimento em educação (de baixa qualidade e retorno duvidoso) e a imediata necessidade de obter alguma renda, os mais pobres são desestimulados a investir na obtenção de uma formação capaz de lhes propiciar melhor renda e melhores condições de mobilidade social. Assim, é importante enfatizar que esse processo é mais complexo que um simples *trade off* entre lazer e educação ou entre consumo presente e futuro. Os diferenciais surgem de escolhas racionais também por parte dos mais pobres que, em face da ineficiência do ensino público e da falta de um mercado eficaz de crédito para a educação, têm pouco incentivo para tentar obter maior qualificação (FERREIRA, 2002, p.147).

Uma questão correlata é entender por que não ocorre investimento maciço em educação pública. Segundo Ferreira (2002, p.155), como os indivíduos mais ricos e politicamente influentes não utilizam o sistema público de educação, eles teriam menos incentivos para promover medidas que melhorassem substancialmente o sistema. Isso ajuda a explicar o fato de que, a despeito do reconhecimento unânime da importância da escolaridade para o desenvolvimento econômico, o sistema educacional brasileiro expandiu insuficientemente nas últimas quatro décadas. Nesse sentido, um estudo sobre a economia política das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas traria *insights* interessantes sobre essa importante questão.

Em síntese, como Ferreira (2002, p.144) enfatiza, a principal luta de classes estaria se dando no orçamento, ajudando a explicar a incapacidade da política educacional em reverter as grandes desigualdades educacionais e de renda existentes no país. Como Ferreira (2002, p. 155) conclui, o centro da investigação deve ser o processo “de formação e distribuição das oportunidades educacionais no país”.

A importância encontrada para educação na explicação das desigualdades tem implicações imediatas para políticas, que precisam se concentrar na expansão do sistema educacional, na retenção das pessoas na escola por mais anos e na melhoria da qualidade do ensino (RAMOS; VIEIRA, 2001,p.12). Estudos recentes indicaram os efeitos positivos que uma rápida expansão no

grau de escolaridade, reduzindo a escassez relativa dos trabalhadores qualificados, tende a ter para melhoria na distribuição de renda. Como concluem Barros, Henriques e Mendonça (2002: 415) a partir de dados para Coréia do Sul e Colômbia, a educação foi muito importante para a redução da desigualdade salarial¹⁹, a despeito de ter ocorrido um aumento na desigualdade educacional da população. Nos dois países, a escolaridade aumentou substancialmente, causando significativa queda do valor de mercado da educação e constituindo-se o principal fator para explicar a melhoria na distribuição de renda.

Assim, os resultados dos estudos citados apontam para a relevância de uma expansão e melhoria no sistema educacional como instrumento para reduzir as desigualdades da distribuição de renda. Uma questão decisiva, a ser observada nos próximos anos, diz respeito ao comportamento do efeito renda, procurando medir os efeitos da melhoria na escolaridade sobre o rendimento médio dos respectivos grupos de escolaridade. Ramos e Vieira (2001, p.12) enfatizam que mudanças no retorno da educação, muito importantes para explicar o aumento na desigualdade nos anos 80, “... foram praticamente irrelevantes no final da década de 90”. Os autores interpretam essa tendência com otimismo, indicando estar havendo certo progresso no sistema educacional, capaz de possibilitar melhoria significativa na qualificação da força de trabalho. Para os autores, esse aumento teria compensado a maior demanda por trabalho qualificado gerada pelas mudanças tecnológicas recentes, evitando pois que o efeito renda produzisse aumento na desigualdade.

Em síntese, a evolução do sistema educacional e o impacto de uma melhoria no nível educacional sobre a distribuição de renda são questões centrais para os próximos anos. É importante ver o comportamento dessas variáveis à luz das novas tendências no mercado de trabalho, resultado de novas tecnologias e também da redução recente do emprego industrial e do aumento do desemprego. A idéia é que o trabalho empírico, desenvolvido a seguir, contribua para essa reflexão.

¹⁹ Como mostram os autores, a desigualdade salarial reduziu em nove pontos percentuais entre 1976 e 1986 na Coréia do Sul. Na Colômbia, a queda foi de 4 pontos percentuais entre 1976 e 1985.

3 ANÁLISE EMPÍRICA – DETERMINANTES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA RMBH

3.1 Considerações metodológicas

Optou-se por dividir o estudo empírico em duas partes. Na primeira parte, procurou-se decompor a população dos ocupados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o objetivo de conhecer algumas de suas especificidades no que diz respeito aos determinantes da renda auferida. Neste intuito, foi utilizado o índice L de Theil, medida de desigualdade que, comparando a participação dos grupos na população ocupada com sua participação no total da renda, procura medir o nível de concentração de renda de cada grupo. Quanto maior o índice de Theil, maior a concentração de renda dentro daquela população.²⁰

Uma vantagem do índice L de Theil em relação a outros índices de concentração é sua sensibilidade aos diferenciais de renda verificados nas proximidades da cauda inferior da distribuição. Uma outra vantagem é permitir a decomposição da desigualdade entre seus vários componentes. Assim, torna-se possível saber a contribuição da desigualdade de cada grupo, assim como da desigualdade entre os grupos, para a desigualdade total mensurada.²¹

Na seção 4, investiga-se o efeito de diversas variáveis sobre a renda a partir de uma regressão, em que se utiliza como variáveis dependentes os anos de estudo e o tempo de serviço e como variáveis *dummies* o sexo, idade, posição na ocupação, setor de atividade e grau de escolaridade concluído. Os resultados permitem detectar a influência marginal de cada variável sobre a renda recebida pelos indivíduos.

As duas etapas apresentam importante complementaridade. O índice de Theil mede a variação bruta, a contribuição daquela variável para a desigualdade quando apenas ela é considerada. Segundo Ferreira (2002, p.141), essa contribuição seria como a derivada total de uma função ou como o resultado encontrado em uma regressão simples. Portanto, é também importante considerar uma alternativa metodológica que procure medir a contribuição marginal da variável, quando considerada em conjunto com outras variáveis. Trata-se, nas palavras de Ramos e Vieira (2001, p.7), de um mecanismo que forneça a derivada parcial da variável.

²⁰ Para uma análise metodológica do índice de Theil, veja Hoffmann (1998) e Ramos (1993).

²¹ No entanto, os resultados do índice de Theil dependem da forma como é efetuada a construção dos grupos. A divisão dos ocupados segundo a escolarização em cinco grupos, por exemplo, leva a um resultado diferente do que seria obtido com a divisão em sete ou dez grupos. No entanto, é inevitável alguma arbitrariedade e a decisão de dividir a escolaridade em cinco grupos está bastante em sintonia com as pesquisas feitas nessa área e com os objetivos do trabalho.

Essa função é bem cumprida por uma regressão múltipla, visto que ela capta a variação nos rendimentos se apenas a variável em questão fosse modificada, mantendo as demais constantes. Utiliza-se, para esse intuito, várias variáveis de controle, de forma que o coeficiente de anos de estudo, por exemplo, traduza apenas o impacto marginal de um ano de estudo sobre a renda, mantendo todas as demais variáveis constantes.²²

Os dados extraídos da pesquisa PED-FJP-DIEESE estão concentrados principalmente nos rendimentos do trabalho. Embora a posição na ocupação possa ser usada como uma *proxy*, ainda que imperfeita, para a posse da riqueza é importante enfatizar que grande parte da renda relacionada ao capital, como investimentos financeiros, não é captada. Assim, apesar da importância da renda do trabalho, a principal forma de remuneração, os cálculos efetuados nesse trabalho subestimam a verdadeira desigualdade na distribuição de renda.

3.2 Análises a partir do Índice de Theil

3.2.1 Influência da escolaridade sobre a renda

Inicialmente é apresentada a remuneração obtida a partir do grau de escolaridade. A tabela 1 mostra as médias de renda e a participação de cada grupo, segundo escolaridade, na população dos ocupados para o ano de 2001.

TABELA 1: RENDIMENTO REAL MÉDIO E DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até a 4ª série do 1º grau	22,5	344,00
5ª a 7ª série	16,6	371,00
1º grau completo	20,4	465,00
2º grau completo	29,9	703,00
3º grau completo	10,6	2.063,00
Total/Média Geral	100,0	663,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Pode-se perceber a clara correlação entre escolarização e renda auferida, assim como a substancial elevação da renda com a conclusão do primeiro, segundo e terceiro grau (principalmente esse último). A partir do índice L de Theil, procurou-se determinar a contribuição da escolaridade para a desigualdade de renda verificada na RMBH. Encontrou-se que 37,6% da desigualdade total

²² Um outro exemplo é útil para esclarecer o ponto. Ao procurar indicar a influência do sexo sobre a renda recebida, a regressão procura medir qual a tendência de variação na rentabilidade se apenas o sexo fosse diferente, com todas as outras variáveis, incluindo escolaridade, posição na ocupação, idade, etc, ficando constantes.

devem-se a diferenças de rendas médias entre os diferentes grupos de escolaridade, enquanto 62,4% devem-se a desigualdades internas a cada grupo de escolaridade. Isto torna a escolaridade o fator mais importante para explicar a desigualdade de renda entre os ocupados na RMBH.

Dentro de cada grupo, a maior desigualdade é verificada no grupo com segundo grau completo (índice L de Theil igual a 0,344), seguido pelos grupos com primeiro grau completo (0,303) e terceiro grau completo (0,297). Além da alta desigualdade interna, a grande quantidade de pessoas com segundo grau completo fez com que esse grupo contribuísse com 21,7% da desigualdade total (tabela 2).²³

TABELA 2: ÍNDICE DE THEIL E PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS NA DESIGUALDADE DE RENDA, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH – JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	ÍNDICE DE THEIL	PARTICIPAÇÃO NA DESIGUALDADE DE RENDA (%)
Até a 4ª série do 1º grau	0,236	11,2
5ª a 7ª série	0,268	9,5
1º grau completo	0,303	13,1
2º grau completo	0,344	21,7
3º grau completo	0,297	6,6
Desigualdade entre grupos	0,177	37,6
Total	-	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

3.2.2 Influência da posição na ocupação

Um segundo tipo de corte foi efetuado a partir da posição na ocupação. A tabela 3 apresenta os rendimentos médios e a participação de cada grupo na população dos ocupados. Nota-se que os empregadores e os assalariados do setor público auferem rendas mais elevadas, enquanto os empregados domésticos obtêm uma renda muito inferior à média. Os assalariados com carteira, por sua vez, constituem cerca de 40% de toda a população (tabela 3).

Os empregados domésticos são uma categoria muito homogênea. Além de a renda média ser baixa (R\$ 216,00), não existe grande diferenciação de renda entre os membros desse grupo: os empregados domésticos apresentam o menor índice de Theil (0,149), com sua desigualdade interna contribuindo muito pouco para a desigualdade total. Dadas as características muito particulares dessa categoria, optou-se por desconsiderá-la no cálculo da influência da posição da ocupação na

²³ Ou seja, 21,7% da desigualdade de renda total verificada na RMBH devem-se a desigualdades verificadas entre os indivíduos que concluíram o segundo grau, mas não o terceiro.

desigualdade de renda total. Essa opção implica certa subestimação da influência da posição da ocupação na explicação das desigualdades de renda (tabela 4).

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - RMBH - JAN.-DEZ./2001

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Assalariado com carteira	42,3	623,00
Assalariado sem carteira	9,1	381,00
Assalariados do setor público	13,4	1.118,00
Autônomos	19,1	541,00
Empregadores	3,1	1.868,00
Empregado Doméstico	11,5	216,00
Outros	1,5	1.941,00
Total/Média Geral	100,0	663,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

TABELA 4: ÍNDICE DE THEIL E PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS NA DESIGUALDADE DE RENDA, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - RMBH - JAN.-DEZ./2001

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ÍNDICE DE THEIL	PARTICIPAÇÃO NA DESIGUALDADE DE RENDA(%)
Assalariado com carteira	0,33	36,9
Assalariado sem carteira	0,34	8,7
Assalariado do setor público	0,40	13,8
Autônomo	0,43	21,4
Empregadores	0,35	2,8
Desigualdade entre grupos	0,07	16,1
Total	-	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

O grupo mais desigual são os autônomos, cuja desigualdade interna responde por 21,4% da desigualdade total.²⁴ Os assalariados do setor público também apresentam alto grau de desigualdade interna. No entanto, quase 37% da desigualdade total ocorre entre os assalariados com carteira assinada, o que é explicado pela grande participação dessa categoria no total dos ocupados. Vale enfatizar que 16% da desigualdade total é explicada pelas diferenças de remuneração média entre as diferentes posições na ocupação, o que torna essa variável a segunda mais importante, depois da escolaridade, para explicar os diferenciais de renda. A seguir, efetua-se uma análise detalhada de cada grupo de posição na ocupação, enfatizando-se o papel da escolaridade e do setor de atividade.

²⁴ É importante enfatizar que nesse e em outros cálculos envolvendo a influência da posição na ocupação na renda auferida, o grupo dos domésticos foi excluído.

a) Assalariados do setor público

Os assalariados do setor público apresentam uma remuneração média bem superior à média geral (R\$ 1.118,00 – quase o dobro da média geral). Sua desigualdade interna é maior que aquela verificada para os demais assalariados e cerca de 14% da desigualdade total ocorre dentro desse grupo. Foi possível notar que, para essa categoria, 33,8% da desigualdade interna deve-se a diferenças de renda entre cada um dos grupos de escolaridade. Esse resultado é bem interessante, mostrando que a escolaridade é menos importante para explicar diferenciais de renda entre os assalariados do setor público do que entre os ocupados em geral.

Nota-se que os assalariados do setor público possuem um grau de escolaridade bem superior aos assalariados em geral: 73,2% dos assalariados do setor público concluíram pelo menos o segundo grau, contra 40,5% dos ocupados em geral. Portanto, a maior escolaridade contribui para explicar a maior remuneração média obtida por esse grupo. No entanto, os dados mostram que a maior renda auferida por esse grupo deve-se também a outros fatores além da escolaridade.

Nota-se também que em todas as faixas de escolaridade, com exceção do terceiro grau completo, os assalariados do setor público recebem rendas médias superiores aos ocupados em geral e essa diferença é mais expressiva para os grupos com baixa escolaridade. Para os ocupados com até quarta série, essa renda é 20% superior à média dos ocupados, enquanto para os indivíduos com primeiro grau completo a renda média dos assalariados do setor público é 35,4% superior. Para os indivíduos com terceiro grau completo, os assalariados do setor público recebem uma renda média 6,3% menor (tabelas 1 e 5).²⁵

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS ASSALARIADOS DO SETOR PÚBLICO, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$ DEZ. 2001)
Até a 4ª série do 1º grau	8,9	413,00
De 5ª a 7ª série	5,5	476,00
1º grau completo	12,4	630,00
2º grau completo	40,9	863,00
3º grau completo	32,3	1.934,00
Média Geral	100,0	1.118,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

²⁵ Entretanto, é necessária cautela nessa interpretação, uma vez que esses resultados podem estar relacionados a outras características dos indivíduos que compõem a categoria assalariados do setor público. Isso ficará claro com os resultados da regressão.

Se as diferenças entre o grau de escolarização explicam 33,8% da desigualdade verificada dentro do grupo dos assalariados do setor público, 28,5% deve-se a desigualdades verificadas entre as pessoas que possuem o 2º grau completo e 20,5% a desigualdades internas referentes ao grupo que possui o 3º grau completo.

b) Assalariados sem carteira assinada

Os assalariados sem carteira assinada são caracterizados por uma remuneração média muito reduzida (R\$ 381,00). Sua diferenciação interna é uma das menores (Theil 0,34) e a desigualdade interna a este grupo contribui com apenas 8,7% da desigualdade total. Nota-se que os assalariados sem carteira têm um grau de escolaridade baixo, com 36,9% não tendo concluído nem sequer o primeiro grau e apenas 36,8% tendo concluído pelo menos o segundo grau (tabela 6). Esse menor grau de escolaridade reflete a baixa qualidade desses postos de trabalho, dado que pessoas com maior escolaridade tendem a encontrar melhores postos no setor formal da economia. No entanto, é importante enfatizar que o grau de escolaridade dos assalariados sem carteira elevou substancialmente quando comparamos a situação do grupo em 2001 com aquela prevalecente em 1996. Naquele ano, apenas 41% dos assalariados sem carteira tinham completado o 1º grau, somente 21% tinham concluído o 2º grau e 2,6% tinham finalizado o 3º grau. Como o salário médio dessa categoria caiu muito menos que o salário médio dos ocupados (quedas respectivas de 2,3% e 12,3%), há um indício de melhores empregos sendo oferecidos aos assalariados sem carteira. Esse resultado pode ser explicado pelo crescimento no número de subcontratações e pelas tentativas das empresas de fugirem das leis mais rígidas que marcam o mercado formal de trabalho.

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS ASSALARIADOS SEM CARTEIRA ASSINADA, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até a 4ª série do 1º grau	16,3	292,00
De 5ª a 7ª série	20,6	257,00
1º grau completo	26,3	294,00
2º grau completo	31,5	437,00
3º grau completo	5,3	1.238,00
Média Geral.....	100,0	381,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Além da baixa escolaridade, constata-se a existência de discriminação em relação aos assalariados sem carteira, que recebem rendas muito inferiores às recebidas pelos assalariados com carteira com similar grau de escolaridade. Isto é válido para todas as faixas de escolaridade, sendo a

diferença substancial para alguns grupos (tabelas 1 e 6). Este resultado, conforme apontado por Barros e Mendonça (1995) em análise para o Brasil, pode estar relacionado em parte a uma componente setorial, com a baixa participação dos assalariados sem carteira nos setores que pagam melhores salários (como certos ramos da indústria). No caso da RMBH, verifica-se realmente esta baixa participação, embora o diferencial de salário médio entre assalariados com e sem carteira na indústria seja também bastante expressivo (a diferença é quase o dobro – tabela 7). Em síntese, conclui-se que a precariedade da relação de trabalho implícita no assalariamento sem carteira é um componente bem relevante para explicar a baixa renda auferida por este grupo, como ficará reforçado adiante com os resultados da regressão.

É interessante notar que as diferenças de escolaridade explicam apenas 24,5% da desigualdade verificada nesse grupo, contra 37,6% para os ocupados em geral e 39,2% para os assalariados com carteira assinada.

Em termos setoriais, a maior remuneração dos assalariados sem carteira é obtida no setor serviços (R\$ 399,00), embora exista uma similaridade muito grande na remuneração média obtida em todos os setores. Isso se reflete no índice de Theil e no fato de que a diferença entre setores explica muito pouco a desigualdade total verificada nessa e em outras categorias de posição na ocupação. Vale também reforçar que, na indústria, a remuneração média desse grupo chega a ser 92,6% inferior àquela auferida pelos assalariados com carteira. Na média geral de todos os setores de atividade, os assalariados com carteira recebem 63,5% a mais.

TABELA 7: RENDIMENTO REAL MÉDIO, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - RMBH – JAN.-DEZ./2001 (R\$ DEZ. 2001)

SETOR DE ATIVIDADE	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (1)		
	I	II	III
Indústria	728,00	378,00	553,00
Construção civil	620,00	373,00	389,00
Comércio	505,00	342,00	504,00
Serviços	618,00	399,00	609,00
Total	623,00	381,00	541,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) I - Assalariado com Carteira; II - Assalariado sem Carteira; III - Autônomo.

c) Assalariados com carteira assinada

Os assalariados com carteira assinada possuem um índice de Theil de 0,33. No entanto, devido a sua grande participação na população dos ocupados, são responsáveis por 36,9% da desigualdade total de renda.²⁶ Essa categoria possui 64,5% de indivíduos com pelo menos o primeiro grau completo e 42% com pelo menos o segundo grau completo. É também importante notar que o grau de escolaridade elevou-se substancialmente quando comparado com 1996.

O rendimento médio recebido por esse grupo, embora bastante superior ao dos assalariados sem carteira, é ligeiramente inferior àquele verificado para o total dos ocupados. As diferenças na educação explicam 39,2% da desigualdade de renda interna a esse grupo, uma taxa bem significativa. Dentro desse grupo, os subgrupos com escolaridade até 4º série, de 5º a 7º séries e com primeiro grau completo apresentam uma desigualdade muito baixa (Theil 0,11, 0,15 e 0,17 respectivamente), enquanto os grupos com segundo grau completo e com terceiro grau completo apresentam maior desigualdade interna (Theil igual a 0,27 e 0,28, respectivamente).

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS ASSALARIADOS COM CARTEIRA ASSINADA, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até a 4ª série do 1º grau	19,1	377,00
De 5ª a 7ª série	16,4	408,00
1º grau completo	22,5	459,00
2º grau completo	34,6	643,00
3º grau completo	7,4	2.133,00
Média Geral	100,0	623,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Este grupo obtém a sua maior remuneração média na indústria (R\$ 728,00), e a menor remuneração média no comércio (R\$ 505,00). O índice de desigualdade verificado na indústria, construção civil e serviços é muito similar (Theil próximo a 0,35), enquanto no setor comércio o grau de desigualdade é bem inferior (Theil igual a 0,23).

Uma outra variável importante para explicar diferenciais de renda entre os assalariados é o tamanho da empresa.²⁷ Trabalhando com três grupos diferentes, o rendimento dos assalariados é mais elevado nas empresas maiores. Enquanto em empresas com até nove empregados a

²⁶ Isto é, quase 37% da desigualdade total medida pelo índice L de Theil ocorre dentro da categoria assalariados com carteira.

²⁷ Os cálculos foram feitos para os assalariados privados, incluindo assalariados com e sem carteira.

remuneração média foi de R\$ 427,00, nas empresas entre 10 e 99 empregados ela foi de R\$ 501,00 e nas empresas com mais de 100 empregados o rendimento médio foi de R\$ 919,00.²⁸

d) Autônomos

O grupo dos autônomos é, sob vários aspectos, o mais heterogêneo. Apresentou um índice de Theil de 0,43, com sua desigualdade interna explicando 21,4% da desigualdade total. Sua renda média (R\$ 541,00) é menor que a do total de ocupados.²⁹ Seu grau de escolaridade é também bem inferior à média, com 50,5% dos indivíduos sem conclusão do 1º grau (tabela 9).³⁰

TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS AUTÔNOMOS, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH – JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até a 4ª série do 1º grau	30,0	384,00
De 5ª a 7ª série	20,5	399,00
1º grau completo	21,5	535,00
2º grau completo	24,5	704,00
3º grau completo	3,5	1.605,00
Média Geral	100,0	541,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Nesse grupo, os rendimentos médios nas três classes com menor grau de escolaridade são maiores que aqueles verificados nas respectivas classes para o total dos ocupados. Isto está relacionado ao fato de que **este é um dos grupos em que a escolaridade menos explica as desigualdades internas**, pois apenas 15% da desigualdade verificada entre os autônomos deve-se às diferenças de renda média entre os diferentes grupos de escolarização. Por sua vez, 24,4% da desigualdade total ocorre dentro do grupo que possui no máximo a 4ª série do 1º grau, enquanto 21,8% da desigualdade ocorre dentro do grupo com 2º grau completo.

Nota-se que nas cinco faixas de escolaridade a desigualdade no grupo dos autônomos supera a dos demais grupos (tabela 10). Isto é explicado pela maior heterogeneidade desse grupo, já que outros fatores, como **posse dos instrumentos e localização do negócio**, influem decisivamente na remuneração obtida. Notem, pela tabela 11, que a posse de equipamento automotivo e o trabalho em instalações fixas fora de residência – indicando um maior grau de capitalização – têm influência

²⁸ Apesar dessa clara correlação entre tamanho da empresa e renda recebida, é mais uma vez necessária cautela nas conclusões, visto que os trabalhadores das empresas maiores podem, por exemplo, ter maior escolaridade ou concentrar-se nos setores que pagam maiores salários.

²⁹ Em relação a 1996, nota-se uma queda na renda média do grupo dos autônomos de 20,2%, bem maior que a queda de renda para os ocupados em geral (12,3%).

³⁰ É importante, no entanto, enfatizar a melhoria no grau de escolaridade entre 1996 e 2001. Em 1996, cerca de 60% dos autônomos não haviam concluído o primeiro grau.

considerável na renda recebida, enquanto o trabalho em residência não adaptada e em barracas – indicando um alto grau de precarização – é muito menos remunerado.

TABELA 10: ÍNDICES DE THEIL, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (1)				
	I	II	III	IV	V
Até 4º série do 1º grau	0,118	0,165	0,165	0,354	0,322
De 5º a 7º série	0,151	0,224	0,299	0,344	0,332
1º grau completo	0,179	0,253	0,297	0,402	0,315
2º grau completo	0,275	0,304	0,279	0,388	0,362
3º grau completo	0,284	0,341	0,255	0,493	0,256

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) I - Assalariado com Carteira; II - Assalariado sem Carteira; III - Assalariado do Setor Público; IV - Autônomos. V - Empregadores.

TABELA 11: RENDIMENTO REAL MÉDIO E DISTRIBUIÇÃO DOS AUTÔNOMOS, SEGUNDO LOCAL ONDE FUNCIONA A EMPRESA OU NEGÓCIO - RMBH - JAN.-DEZ./2001

LOCAL DA EMPRESA	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)	PARTICIPAÇÃO (%)
Residência adaptada	537,00	10,3
Residência não-adaptada	320,00	12,7
Fora da residência	686,00	35,5
Barracas	407,00	1,7
Equipamento automotivo	902,00	8,0
Sem instrumento com equipamento	399,00	27,9
Sem instrumento sem equipamento	309,00	3,9
Total	541,00	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A maior remuneração dos autônomos é obtida no setor serviços (R\$ 609,00) e a menor na construção civil (R\$ 389,00). É digno de nota o fato de que na construção civil a desigualdade do grupo dos autônomos é muito baixa (Theil igual a 0,184), enquanto na indústria e no setor serviços o índice de Theil é superior a 0,5, indicando alto grau de desigualdade interna.

Consonante a grande desigualdade alcançada nesse grupo, constata-se a vigência de postos de trabalho muito mal remunerados, sendo que 26% dos autônomos recebem menos de R\$ 200,00 (para os assalariados com carteira esta proporção é de 8,9%) e 50% dos indivíduos recebem até R\$ 318,00. Este resultado aponta para a vigência de uma série de ocupações extremamente precárias absorvendo pessoas que não conseguem bons empregos no setor dinâmico da economia. A este respeito, vale enfatizar a diferença com países europeus onde, embora a percentagem de

empregos não organizados seja bastante expressiva, o não assalariamento não vem necessariamente acompanhado de pobreza.

e) Empregadores

O grupo dos empregadores apresenta uma desigualdade interna inferior à dos autônomos e dos assalariados do setor público e um pouco superior ao dos assalariados com e sem carteira. Para o grupo dos empregadores, a escolaridade conta muito pouco para a explicação das desigualdades: **apenas 14,4% da desigualdade entre os empregadores pode ser atribuída a diferenças no grau de escolarização.** Isto se manifesta nas médias de renda para cada grupo de escolaridade: enquanto para o total dos ocupados a renda média dos indivíduos que concluíram o 3º grau é cerca de seis vezes superior àquela dos indivíduos que cursaram até a 4ª série, entre os empregadores a renda do grupo de maior escolaridade é apenas 2,43 vezes superior àquela dos indivíduos com escolaridade mais baixa.³¹

Entre os empregadores, o grau de desigualdade de renda é relativamente similar para os três primeiros grupos de escolaridade, sendo um pouco superior para os indivíduos com segundo grau completo (Theil igual a 0,36) e bem inferior para os indivíduos com terceiro grau completo (0,26). O grau de escolaridade desse grupo é bem superior à média, com 67% dos indivíduos tendo concluído pelo menos o segundo grau. Essa percentagem só é inferior àquela apresentada pelos assalariados do setor público, em que 73% concluíram pelo menos o segundo grau.

TABELA 12: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS EMPREGADORES, SEGUNDO ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até 4ª série do 1º grau	9,0	1.093,00
De 5ª a 7ª série	7,7	1.237,00
1º grau completo	16,3	1.323,00
2º grau completo	38,8	1.702,00
3º grau completo	28,2	2.829,00
Média Geral	100,0	1.873,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

³¹ Ramos (1993, p. 56), usando dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) para o Brasil como um todo, comparou a diferença de rendimento médio entre trabalhadores com nível universitário e trabalhadores com instrução primária segundo posição na ocupação. Seus resultados estão na mesma linha das conclusões supradestacadas. Para 1985, Ramos encontrou que o assalariado com nível universitário recebia, em média, 5,4 vezes mais que um assalariado com instrução primária. Esta relação foi de 3,98 para os autônomos e de 2,04 para os empregadores. Já no estudo para a RMBH, o assalariado com carteira com nível universitário recebeu 5,65 vezes mais que o assalariado com nível primário. No caso dos autônomos, essa relação foi de 4,18 vezes.

Em relação aos setores de atividade, 79% dos empregadores se distribuem pelo comércio e serviços. O maior rendimento médio é obtido na construção civil³² (R\$ 2.732,00), enquanto o menor rendimento é obtido na indústria (R\$ 1.463,00), um resultado bastante curioso (tabela 13). A desigualdade é maior na indústria (Theil 0,37) e muito inferior na construção civil (Theil igual a 0,164).

TABELA 13: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS EMPREGADORES, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - RMBH – JAN.-DEZ./2001

SETOR DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Indústria	17,5	1.463,00
Construção Civil	3,5	2.732,00
Comércio	30,4	1.774,00
Serviços	48,6	1.983,00
Total/Média Geral	100,0	1.868,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Procurou-se também verificar a importância do tamanho da empresa para o rendimento dos empregadores. Há de fato uma correlação muito positiva e os empregadores de grandes negócios recebem de fato uma quantia bem maior. Enquanto os empregadores de empresas com até nove empregados recebem R\$ 1.656,00, em média, aqueles que empregam de 10 a 99 pessoas auferem um rendimento médio de R\$ 2.452,00 e os empregadores em empresas com mais de 100 empregados recebem, em média, R\$ 3.418,00.³³

3.2.3 A influência do setor de atividade na distribuição de renda

Nota-se que as diferenças de renda média entre os diversos setores explicam uma parcela ínfima da desigualdade de renda. Excluindo os empregados domésticos, que são uma categoria bem peculiar, a diferença entre as rendas médias dos setores explica apenas 2,3% da desigualdade total entre os ocupados. A remuneração é superior na indústria (R\$ 796,00) e inferior na construção civil (R\$ 524,00) (tabela 14). O setor serviços é o mais desigual e a construção civil o menos desigual. Foi também constatado que 63,4% da desigualdade de renda entre os ocupados ocorre dentro do setor serviços.

³² Dado o pouco número de casos para empregadores na construção civil na amostra, é preciso cautela nesse resultado.

³³ Essa média foi calculada para um número reduzido de casos, o que exige, portanto, cautela.

TABELA 14: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - RMBH – JAN.-DEZ./2001

SETOR DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Indústria	14,8	695,00
Construção Civil	7,2	524,00
Comércio	13,6	573,00
Serviços	52,8	796,00
Doméstico	11,6	216,00
Total/Média	100,0	663,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

a) Influência da escolaridade no rendimento médio por setor de atividade

Observando o impacto da escolaridade por setor de atividade, na construção civil os diferenciais de renda média entre os grupos de escolaridade explicam 50,7% da desigualdade total. Isto se deve à grande proporção de pessoas com baixa escolaridade (69% não concluíram o primeiro grau e 85% tinham no máximo o primeiro grau completo) e à renda muito baixa obtida por essas categorias quando comparadas aos indivíduos com segundo grau completo e, principalmente, àqueles com terceiro grau completo. Nesse setor, que apresenta os mais baixos níveis de escolaridade, a conclusão do primeiro grau acrescenta relativamente pouco à renda recebida (tabela 15).³⁴

TABELA 15: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH – JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até a 4ª série do 1º grau	44,8	372,00
De 5ª a 7ª série	24,2	354,00
1º grau completo	15,9	414,00
2º grau completo	10,2	733,00
3º grau completo	4,9	2.670,00
Média Geral	100,0	524,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A menor influência da escolaridade para a desigualdade de renda ocorre no setor comércio (tabela 16), no qual apenas 18% da desigualdade se deve às desigualdades entre os grupos de escolaridade – resultado que não causa grande surpresa. Nesse setor, a desigualdade é maior nos grupos com segundo e terceiro graus completos (Theil 0,35 e 0,38, respectivamente, contra 0,25 para os indivíduos com até primeiro grau completo).

³⁴ Também na construção civil a desigualdade é muito baixa para os dois grupos com menor escolaridade (0,119 e 0,142 respectivamente) e maior para os grupos com segundo e terceiro graus completos (0,277 e 0,277).

TABELA 16: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS NO COMÉRCIO, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até 4ª série do 1º grau	15,3	390,00
De 5ª a 7ª série	16,1	420,00
1º grau completo	25,5	453,00
2º grau completo	39,5	661,00
3º grau completo	3,6	1.924,00
Média Geral	100,0	573,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Para o setor serviços, a escolaridade explica 36,6% da desigualdade. A desigualdade é um pouco maior para os grupos com primeiro e segundo grau completo (Theil 0,32 e 0,33), contra 0,269 para os indivíduos com escolaridade até a quarta série. Na indústria, por sua vez, as diferenças na escolaridade respondem por quase 32,2% da desigualdade, e a maior desigualdade interna ocorre no grupo com segundo grau completo (Theil 0,357), responsável por 27,6% da desigualdade total. A média de rendimento nesse setor só não é superior à do setor serviços, e os indivíduos com maior nível de escolaridade obtêm a segunda maior remuneração média, perdendo apenas para aquela obtida na construção civil (tabelas 17 e 18).

TABELA 17: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS NO SETOR DE SERVIÇOS, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até a 4ª série do 1º grau	16,6	394,00
De 5ª a 7ª série	13,2	403,00
1º grau completo	18,8	505,00
2º grau completo	34,6	706,00
3º grau completo	16,8	2.013,00
Média Geral	100,0	796,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

TABELA 18: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS NA INDÚSTRIA, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até a 4ª série do 1º grau	17,8	390,00
De 5ª a 7ª série	19,1	431,00
1º grau completo	25,2	533,00
2º grau completo	31,6	814,00
3º grau completo	6,3	2.410,00
Média Geral	100,0	695,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informações (CEI)

É interessante comparar com os dados encontrados por Ramos (1993, p.56) para o Brasil. Para 1985, Ramos observou que na construção civil a média dos rendimentos dos trabalhadores com

formação universitária superava aquela dos trabalhadores com formação primária em 8,07 vezes. Esta relação foi de 4,8 para a indústria, 3,2 para o comércio, 4,8 para o setor serviços e 5,5 para a administração pública. De acordo com os dados da PED para a RMBH, esses números foram, respectivamente, 7,2 (construção civil), 6,1 (indústria), 4,9 (comércio), 5,1 (setor serviços) e 4,7 (administração pública).

b) Desigualdades nos setores de atividade econômica por posição na ocupação

Faz-se também importante observar as especificidades dos setores a partir da posição na ocupação. Na construção civil, o destaque é a grande participação dos autônomos (51,9% dos ocupados nesse setor), obtendo uma renda média de R\$ 389,00, bastante inferior àquela obtida pelos assalariados com carteira. Os empregadores obtêm R\$ 2.732,00, sendo o setor no qual a renda recebida pelos empregadores é a mais alta (tabela 19).

TABELA 19: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - RMBH - JAN.-DEZ./2001

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Assalariado com carteira	37,1	620,00
Assalariado sem carteira	9,5	373,00
Autônomo	51,9	389,00
Empregador	1,5	2.732,00
Total	100,0	524,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

No setor comércio, 57,8% dos ocupados são assalariados com carteira, enquanto 6,9% são empregadores (tabela 20). Um dado interessante é que a renda média dos autônomos, que em 1996 era 27% maior que aquela obtida pelos assalariados com carteira, tornou-se praticamente igual à obtida por esta categoria. Há pois uma substancial redução da renda dos autônomos empregados no comércio, indicando que as transformações recentes na economia têm impactado mais fortemente essa categoria (seção 3.3).

TABELA 20: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS NO COMÉRCIO, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - RMBH - JAN.-DEZ./2001

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Assalariado com carteira	57,8	505,00
Assalariado sem carteira	12,8	342,00
Autônomo	22,5	504,00
Empregador	6,9	1.774,00
Total	100,0	573,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

No setor serviços, os assalariados do setor público representam 25,9% dos ocupados e obtêm uma renda média bem superior à dos demais assalariados (tabela 21). Na indústria, há uma participação majoritária dos assalariados com carteira (68,8% dos ocupados), cuja remuneração média é bem superior àquela obtida pelos autônomos e pelos assalariados sem carteira (tabela 22).

TABELA 21: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS NO SETOR DE SERVIÇOS, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - RMBH - JAN.-DEZ./2001

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Assalariado com carteira	42,5	618,00
Assalariado sem carteira	9,5	399,00
Assalariado Público	25,9	1.113,00
Autônomo	19,2	609,00
Empregador	2,9	1.983,00
Total	100,0	796,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

TABELA 22: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS NA INDÚSTRIA, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - RMBH - JAN.-DEZ./2001

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Assalariado com carteira	68,8	728,00
Assalariado sem carteira	11,1	378,00
Autônomo	16,5	553,00
Empregador	3,6	1.463,00
Total	100,0	695,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

3.2.4 Tamanho da empresa e tempo de permanência no emprego ou negócio como determinantes das diferenças de renda nos setores produtivos

A influência do tamanho da empresa sobre o rendimento auferido depende do setor econômico. No comércio, essa variável não desempenha contribuição significativa. Os indivíduos que trabalham em empresas com 10 a 99 trabalhadores recebem, em média, 8,7% a mais que os indivíduos que trabalham em empresas com menos de 10 empregados. Empresas com mais de 100 empregados pagam, em média, 10% a mais que as empresas com 10 a 99 trabalhadores.³⁵

Na indústria, os indivíduos que trabalham em empresas com 10 a 99 trabalhadores chegam a receber 4,5% a menos que os indivíduos em empresas com menos de 10 empregados. Já os

³⁵ Esses números mudam quando se considera apenas os assalariados com e sem carteira assinada. Os assalariados em empresas de 10 a 99 empregados recebem 39,3% a mais que os assalariados em empresas com até 09 empregados.

ocupados em empresas com mais de 100 empregados recebem 58,7% (R\$ 339,00) a mais, em média, que os empregados em empresas com 10 a 99 trabalhadores.³⁶

A remuneração média claramente se eleva para indivíduos com maior tempo no trabalho atual, refletindo o efeito dos planos de cargos e salários e/ou os efeitos da experiência (ou de treinamento) sobre a produtividade. O rendimento relaciona-se diretamente ao “tempo de serviço” para todos os grupos e em todos os setores (tabela 23). Como a variação é relativamente homogênea para todos os setores, não é possível, a princípio, dizer em que setor o tempo de serviço é mais importante para a determinação do rendimento. Isto, no entanto, poderá ser dito mais claramente quando forem apresentados os resultados da regressão.

TABELA 23: RENDIMENTO REAL MÉDIO NA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E NO SETOR DE SERVIÇO, SEGUNDO O TEMPO DE PERMANÊNCIA NO TRABALHO - RMBH - JAN.-DEZ./2001

TEMPO DE PERMANÊNCIA NO TRABALHO	SETOR DE ATIVIDADE (1)		
	I	II	III
Menos de 3 meses	406,00	300,00	336,00
De 3 meses a menos 1 ano	449,00	363,00	436,00
De 1 ano a menos de 2 anos	517,00	450,00	490,00
De 2 anos a menos de 5 anos	627,00	558,00	649,00
Mais de 5 anos	1.006,00	918,00	1.175,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) I - Indústria; II - Comércio; III - Serviços.

3.3 Mudanças verificadas entre 1996 e 2001

Algumas mudanças verificadas entre 1996 e 2001 são dignas de nota. Em primeiro lugar, é importante enfatizar a melhoria na distribuição de renda, indicada pela redução no índice de Theil de 0,516 em 1996 para 0,47 em 2001. Calculando a contribuição da educação para mudanças na desigualdade da distribuição de renda, notamos que o principal responsável pela redução na desigualdade foi o efeito interno, resultado de modificações na desigualdade dentro de cada grupo de escolaridade. O efeito composição teve efeito positivo, explicando 15,4% da melhoria na distribuição de renda.³⁷ Por sua vez, o efeito renda teve um efeito negativo de 25,6%, indicando que a variação nas rendas relativas entre os grupos de escolaridade impactou negativamente a distribuição de renda (esses resultados serão comentados na seção 5).

³⁶ Considerando-se apenas os assalariados, os números são bem diferentes. Os assalariados em empresas de 10 a 99 empregados recebem 17,3% a mais que aqueles em empresas com até 09 empregados. Já os assalariados em empresas com mais de 100 empregados recebem, em média, 83,4% a mais que aqueles em empresas entre 10 e 99 empregados.

³⁷ Isso quer dizer que a alocação dos indivíduos pelos grupos de escolaridade contribuiu para reduzir a desigualdade de renda.

É notável a substancial melhoria no grau de escolaridade. Enquanto em 1996, 51,2% dos ocupados não tinham completado o primeiro grau, essa proporção caiu para 39,1% em 2001. Em 1996, apenas 31,5% tinham completado pelo menos o segundo grau, proporção que subiu para 40,5% em 2001. A verdadeira modificação se deu em relação ao número de ocupados que concluiu o segundo grau, que subiu de 21,4% para 29,9%. Já o acréscimo para o ensino superior foi muito modesto, com a proporção das pessoas com terceiro grau completo tendo crescido de 10,1% para 10,6%.

A renda média caiu 12,3% para o total dos ocupados. É interessante notar que essa queda foi muito acentuada para os indivíduos com segundo grau completo (28%) e também para aqueles com primeiro grau completo (23%), enquanto a redução foi bem inferior para os indivíduos com terceiro grau completo (10,7%). Para os dois primeiros níveis de escolaridade, a redução foi de respectivamente 12% e 12,7%.

Os resultados para os indivíduos com segundo grau completo são bem interessantes. O fato de que a categoria na qual a escolaridade mais cresceu³⁸ tenha apresentado tal redução na renda permite levantar algumas hipóteses. Acredito que esses dados reflitam o fato de que o segundo grau completo tem deixado de ser um diferencial importante, fazendo com que muitos indivíduos com essa formação acabem ocupando postos mais simples e pior remunerados. No entanto, há também razões para acreditar que parte desse aumento deve-se a proliferação de cursos supletivos que, embora conferindo um diploma ao estudante, acrescentam pouco em termos de melhoria na formação.

Em relação à posição na ocupação, nota-se que, ao contrário de outras regiões metropolitanas, houve aumento na participação de assalariados com carteira. O trabalho autônomo cresceu muito pouco e o emprego doméstico reduziu. A queda maior na renda ocorreu para os autônomos (20,2%), seguida pelos empregadores (14,3%) e assalariados com carteira (7,3%). Para assalariados do setor público e assalariados sem carteira, a queda foi de 2%, enquanto para os domésticos houve elevação de 2,8%. Várias dessas tendências foram verificadas para o país como um todo, incluindo um aumento relativo das rendas dos trabalhadores sem carteira vis-à-vis os trabalhadores com carteira assinada, uma forte redução na renda dos autônomos e um aumento na renda auferida pelos domésticos (DIEESE, 2001).³⁹

³⁸ O número de pessoas com segundo grau completo aumentou em quase 50% nesses cinco anos.

³⁹ Embora esse aumento para os domésticos tenha sido menor na RMBH do que em outras regiões metropolitanas. Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, o aumento na remuneração média dos empregados domésticos foi de 26,1% (DIEESE, 2001, p. 85).

Para os assalariados com carteira, a redução de renda foi maior no comércio (16,7%) e menor na construção civil (3,1%) e no setor serviços (2%). Para os autônomos, a queda foi muito grande no setor comércio (35%), seguida pela construção civil (23%). Dentro dos autônomos, a redução da renda foi mais significativa para aqueles sem instrumento fixo e sem equipamento (43,4%), para os autônomos com equipamento automotivo (35,2%) e para os autônomos com residência não-adaptada (28,9%).

Em relação ao setor de atividade, nota-se uma pequena redução da participação dos ocupados na indústria entre o total dos ocupados, declinando de 16,1% em 1996 para 14,8% em 2001. Na construção civil, esse declínio foi de 8,2% para 7,2%, enquanto a participação dos ocupados no setor serviços cresceu de 49,6% para 52,8%. Em relação à queda na remuneração média, essa foi maior no setor comércio (24,1%), seguida pela construção civil (16,7%), enquanto a menor queda se deu no setor serviços (10,5%). Já na construção civil, a queda foi maior para os autônomos (22,7%) e para os assalariados sem carteira (14,7%). No comércio, a renda dos autônomos, como assinalado, declinou 35%, a renda média dos assalariados com carteira caiu 16,7% e a dos assalariados sem carteira declinou 9,8%.

Os resultados encontrados para os assalariados sem carteira merecem algumas considerações. Nota-se um aumento substancial no grau de escolaridade desse grupo. Em 1996, cerca de 60% dos assalariados sem carteira não tinham primeiro grau completo, participação que caiu para 36,9% em 2001. Por sua vez, a proporção das pessoas com segundo grau completo subiu de 17,5% para 31,5%, um aumento muito maior do que o verificado para o total dos ocupados, enquanto a participação de indivíduos com terceiro grau completo subiu de 2,6% para 5,3%. Esse rápido aumento na escolaridade, acompanhado por uma queda na remuneração bem inferior à verificada para os assalariados com carteira, pode estar indicando certa flexibilização no mercado de trabalho, com postos de trabalho mais qualificados sendo oferecidos a indivíduos sem contrato formal de trabalho.⁴⁰

Um outro dado interessante é que a renda média dos assalariados sem carteira no setor serviços se elevou em 4%, enquanto na construção civil, no comércio e na indústria ocorreram reduções, respectivamente, de 15%, 10% e 7%. Essa elevação na remuneração obtida no setor serviços é bem significativa quando se leva em conta que a remuneração média desse setor declinou 10,5% entre 1996 e 2001. Como a remuneração média no setor serviços declina para todas as posições na

⁴⁰ No entanto, ao contrário do verificado em outras regiões metropolitanas, não houve uma redução na participação dos assalariados com carteira acompanhada por um aumento na participação dos assalariados sem carteira (DIEESE, 2001).

ocupação, com exceção dos assalariados sem carteira, esses dados parecem indicar que postos melhores de trabalho estariam sendo oferecidos para os assalariados sem carteira.⁴¹

Em relação às modificações no índice de Theil, o poder explicativo da escolaridade aumentou levemente, visto que explicava 36,6% da desigualdade total em 1996 e passou a explicar 37,6% em 2001. É interessante notar uma queda na desigualdade interna dos quatro primeiros grupos de escolaridade, sendo mais acentuada para os três primeiros.

A posição na ocupação explicava 17% da desigualdade em 1996 e seu poder explicativo reduziu para 16% em 2001. Para os autônomos, assalariados com carteira e assalariados sem carteira a desigualdade interna reduziu, enquanto essa cresceu para os empregadores. O poder explicativo da escolaridade cresceu para os assalariados com carteira (38,9% para 39,2%), para os assalariados sem carteira (22,5% para 24,5%), para os autônomos (13% para 15%) e para os empregadores (10,4% para 14,4%), tendo caído significativamente para os assalariados do setor público (38,6% para 33,7%).

A variável setor de atividade cresceu seu poder explicativo de 1,1% em 1996 para 2,3% em 2001.⁴² Houve redução da desigualdade interna em todos os setores, tendo sido mais pronunciada no setor comércio. Na indústria, houve queda no poder explicativo da escolaridade de 36% para 32,2%. Nesse setor, a desigualdade interna dos grupos decresceu para as três primeiras faixas de escolaridade, mas elevou-se substancialmente para os indivíduos com terceiro grau completo. No comércio, a desigualdade só não diminuiu expressivamente para os indivíduos com terceiro grau completo; o poder explicativo da escolaridade ficou constante em 17%.

No setor serviços, o poder explicativo da escolaridade ficou fixo em 36%, havendo redução significativa da desigualdade interna entre os quatro primeiros grupos de escolaridade. Na construção civil, houve forte aumento do poder explicativo da escolaridade entre 1996 e 2001 (42% para 50,7%). A forte redução da desigualdade interna para os quatro primeiros grupos de escolaridade, somada à redução na renda média desses grupos e à elevação na renda média dos indivíduos com terceiro grau completo, contribuíram significativamente para esse maior poder explicativo da escolaridade.⁴³

⁴¹ No entanto, vale enfatizar que a remuneração média no setor serviços reduziu apenas 2,1% para os assalariados com carteira e 2,3% para os assalariados do setor público. A redução maior ocorreu para os autônomos (16,5%) e para os empregadores (10,8%).

⁴² Excluindo os empregados domésticos, vale enfatizar.

⁴³ Vale enfatizar o pouco número de casos na amostra de indivíduos com terceiro grau completo na construção civil, exigindo cautela na generalização desses resultados.

4 RESULTADOS A PARTIR DA REGRESSÃO⁴⁴

Os dados apresentados na seção 3, assim como os respectivos índices de Theil, autorizam algumas inferências sobre a influência de cada variável, nos respectivos grupos, na determinação da renda auferida. No entanto, como sempre há diferenças significativas entre os grupos, explicadas por influências de outras variáveis, os dados supra não permitem determinar a contribuição precisa de uma determinada variável sobre a renda obtida. Isto, no entanto, pode ser feito por regressão. Nesse caso, o uso de variáveis de controle permite identificar o efeito marginal da variável específica sobre a renda recebida. Como enfatizado na seção 3.1, é como se apenas aquela variável estivesse mudando, conservando todas as demais variáveis constantes.

a) Regressão 1

A regressão foi realizada com informações oriundas dos 24.127 domicílios investigados na Pesquisa de Emprego e Desemprego para a RMBH entre janeiro e dezembro de 2001. Procurou-se trabalhar com indivíduos maiores de 18 anos, não trabalhadores agrícolas e que trabalham pelo menos 24 horas por semana.

Utilizando o logaritmo neperiano da renda como variável dependente, elegeram-se os anos de estudo e o tempo de permanência no trabalho atual (em anos) como variáveis independentes. A essas foi acrescentada uma série de *dummies*, procurando medir a importância de concluir algum grau de estudo, a posição na ocupação, o sexo, idade e o setor onde trabalha:

$$\ln y_t = c + b_{ij} X_t + u_t,$$

onde,

y_t = vetor da renda real auferida mensalmente pelos indivíduos

c = constante

X_t = matriz com os anos de estudo, tempo de serviço do indivíduo e com as várias *dummies* supradestacadas.

u_t = resíduo.

O coeficiente encontrado para a variável anos de estudo deve ser analisado com alguma ressalva, lembrando que se utilizam *dummies* que vão afetar a sensibilidade da renda aos anos de estudo. Assim, um coeficiente de 0,052 significa que, para a categoria de referência (mulheres,

⁴⁴ Essa seção é uma atualização da análise feita em 1997 para os dados de 1996.

entre 18 e 24 anos, que não concluíram o 1º grau, assalariada com carteira no setor serviços), cada ano de estudo tende a elevar a renda média em 5,2%.

Considerando o efeito marginal pela conclusão de cada grau de estudo, nota-se que a conclusão do primeiro grau não representa um aumento adicional no rendimento auferido além daquele previsto pelos coeficientes de anos de estudo.⁴⁵ Já a conclusão do segundo grau produz um aumento adicional na renda recebida, além do captado na variável anos de estudo, de 14,9%. Esse aumento para as pessoas que concluíram o terceiro grau foi de 75,7%.⁴⁶ Assim, uma mulher, assalariada com carteira no setor serviços, que tenha concluído o terceiro grau, tende a receber **(1,052**15)] X 1,757**, o que representa 3,76 vezes mais que uma pessoa, no mesmo setor e posição na ocupação, sem nenhum ano de estudo.⁴⁷

O coeficiente de anos de estudo, no entanto, modifica-se de acordo com os grupos. Para os ocupados na indústria, por exemplo, na mesma posição de ocupação, a sensibilidade da renda aos anos de estudo seria igual a 0,065 (cada ano de estudo significaria uma elevação salarial de 6,5%). O coeficiente também se modifica a partir do sexo, mas a variação é de apenas 0,4% a mais para os homens.

A outra variável quantitativa utilizada foi o tempo no trabalho. Para a categoria básica, um coeficiente de 0,0228 significa que, para cada ano a mais no emprego, a renda se eleva em 2,28%.⁴⁸

Analisando a influência do sexo, a sensibilidade da renda tanto aos anos de estudo quanto ao tempo de serviço é levemente maior para os homens.⁴⁹ A influência considerável vem realmente do intercepto, mostrando que, mantendo as demais características constantes, o mero fato de o indivíduo ser do sexo masculino resulta em uma elevação da renda de 36,8%.⁵⁰

⁴⁵ Essa é uma importante diferença em relação a 1996. Naquele ano, a conclusão do primeiro grau adicionava, em média, 8,2% a mais aos salários, além do efeito dos anos de estudo. Para 2001, o coeficiente é de -0,009, indicando que o efeito marginal da conclusão do grau sobre o rendimento, além dos anos de estudo, é levemente negativo.

⁴⁶ Para 1996, essas variações eram respectivamente de 33,8% e 82,9%. O resultado é particularmente interessante para a conclusão do segundo grau, que representava em 1996 um adicional de renda muito superior ao de 2001.

⁴⁷ É importante enfatizar que se está considerando aqui apenas o efeito da escolaridade. Na prática, uma pessoa com terceiro grau completo tende a receber muitas vezes mais que uma pessoa com nenhuma escolaridade. Mas esse efeito deve-se também a outras variáveis como tempo no serviço, idade, etc.

⁴⁸ É necessária cautela nessa conclusão, visto que a variável idade tem significativa correlação com a variável tempo no serviço, afetando o coeficiente dessa última. Nesse sentido, se a variável idade fosse eliminada, a contribuição do tempo de serviço para a remuneração recebida seria bem superior. Sobre a decisão de conservar as duas variáveis, veja a nota 51.

⁴⁹ Assim, para os homens assalariados com carteira no setor serviços, cada ano no emprego tenderia a elevar a renda em 2,78%.

⁵⁰ Esse número é considerável, mostrando o grau da discriminação por sexo existente na RMBH. No entanto, é importante enfatizar que houve uma redução nesse coeficiente, que foi de 41,6% em 1996.

A idade tem uma influência positiva sobre a renda. A partir da categoria básica (18 a 24 anos), nota-se que para todas as demais faixas de idade, conservando constantes as demais características, há uma elevação na renda média. Esta elevação pode ser explicada por um efeito experiência no mercado de trabalho, já que o indivíduo, após algum tempo no mercado de trabalho, tende a ocupar uma posição mais sólida e mais bem remunerada.⁵¹ Esta elevação é maior para as faixas entre 40 e 49 anos, chegando a 45,8%. As menores elevações se verificam para a segunda (25 a 29 anos) e para a última faixa, confirmando a tendência a remunerações relativamente menores para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.⁵²

TABELA 24: INFLUÊNCIA DA IDADE SOBRE A RENDA MÉDIA - RMBH - JAN.-DEZ./2001

FAIXA DE IDADE	ELEVAÇÃO NA RENDA (%) EM RELAÇÃO À CATEGORIA BÁSICA (18 A 24 ANOS)
25 a 29 anos	31,4
30 a 34 anos	39,4
35 a 40 anos	41,0
40 a 49 anos	45,8
50 a 59 anos	40,4
60 a 65 anos	34,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Também relevante é a influência da posição na ocupação. Para os assalariados sem carteira, cada ano de estudo representa uma elevação salarial de apenas 4%, portanto cerca de 24% inferior àquela verificada para os assalariados com carteira.⁵³ Por sua vez, apenas o fato de o indivíduo ser assalariado sem carteira, tudo o mais constante, leva a uma redução na remuneração média de 8,48% em relação aos assalariados com carteira.⁵⁴

Para os assalariados do setor público, o intercepto é fortemente negativo: indivíduos com características iguais, com pouco tempo de serviço e poucos anos de estudo recebem 18,7% menos do que os assalariados com carteira.⁵⁵ No entanto, a sensibilidade dos anos de estudo à escolaridade é muito maior nesse grupo: cada ano de estudo eleva a renda em cerca de 7,4%. Como a

⁵¹ O efeito dessa variável tende a se misturar com o efeito da variável tempo de serviço, embora existam importantes diferenças. O objetivo da variável idade é captar a influência da experiência e do tempo no mercado de trabalho, e não do tempo no mesmo emprego. No entanto, é inevitável que as duas variáveis tenham alto grau de correlação e que seus efeitos devam, pois ser analisados em conjunto.

⁵² É interessante notar que houve uma elevação no efeito da variável idade para todas as faixas de idade entre 1996 e 2001. Em 1996, a elevação da renda, por faixa de idade, tendia a ser, respectivamente, 24,4; 33,8; 37,1; 41,6; 36,9 e 20,6. Isto está provavelmente relacionado com uma redução na renda média dos indivíduos na categoria básica (18 a 24 anos).

⁵³ Em 1996, cada ano de estudo elevava a renda dos assalariados sem carteira em 3,7%. Isto mostra que houve um aumento da importância da escolaridade para explicar os diferenciais de renda nessa categoria.

⁵⁴ Em 1996, esse valor era 9%. Por sua vez, também a sensibilidade da renda ao tempo de trabalho é menor: cada ano a mais de trabalho eleva a renda média do grupo em apenas 1,79%.

⁵⁵ Em 1996, essa diferença era de 29%.

escolaridade é bem mais alta nesse grupo, tal coeficiente acaba sendo decisivo para explicar a maior renda média auferida pelo grupo. Para este grupo, cada ano adicional no serviço tende a elevar o salário em 2,58%.

Para os autônomos, o intercepto é negativo, significando que autônomos com baixa escolaridade e pouco tempo no emprego recebem 12,4% menos que os assalariados com carteira. Essa foi uma mudança muito relevante em relação a 1996, quando autônomos nessas circunstâncias recebiam cerca de 10% a mais que os assalariados com carteira.⁵⁶ Isso comprova as mudanças recentes em prejuízo dos autônomos, como indicado nas análises baseadas no índice de Theil. Explicar esse comportamento torna-se pois uma tarefa importante para trabalhos futuros.

Os empregadores, por sua vez, recebem uma remuneração 49,9% superior à categoria básica.⁵⁷ Para os empregados domésticos, a renda média é cerca de 22,8% inferior a dos assalariados com carteira com características similares (em 1996 esse valor era 24%).

Para os setores de atividade, nota-se que a indústria tem uma remuneração inicial de 8,7% inferior ao setor serviços, embora a sensibilidade aos anos de estudo seja de 23,7% superior. Na indústria, o tempo de serviço tem uma influência maior sobre a renda, sendo 13,1% superior àquela verificada no setor serviços.

Para a construção civil, a renda inicial é 8,2% menor (em 1996 esse valor era apenas 4,7% menor), enquanto a sensibilidade da renda aos anos de estudo é praticamente a mesma do setor serviços. Enfim, para o setor comércio, os indivíduos com baixa escolaridade e pouco tempo no serviço ganham praticamente o mesmo que a categoria básica (0,4% a mais, enquanto em 1996 esse valor era 7,7% a mais). No entanto, cada ano de estudo aumenta a renda em 4,8%, coeficiente 8,8% inferior ao setor serviços e 32,5% inferior à indústria. No comércio, a influência do tempo de serviço na renda está bem próxima daquela verificada para o setor serviços.

⁵⁶ Parte dessa diferença é anulada pela maior sensibilidade da renda dos autônomos aos anos de estudo. Curiosamente, nosso modelo encontrou que um ano adicional de estudo tende a aumentar a renda dos autônomos em 6,2%. O efeito líquido das duas variáveis, como indicado pela segunda regressão (seção 4,2), é negativo, mostrando que os autônomos tendem a receber menos que assalariados com carteira com características similares.

Já em relação ao tempo de serviço, cada ano a mais tende a elevar a renda dos autônomos em apenas 1,5%.

⁵⁷ No caso dos empregadores, optou-se por usar apenas uma variável para a categoria como um todo, deixando de lado os diferenciais da sensibilidade da renda aos anos de estudo e tempo no serviço.

b) Regressão 2 - variáveis *dummies* apenas no intercepto

Procurou-se também efetuar uma outra regressão, colocando as variáveis *dummies* apenas no intercepto e descartando as variáveis relacionadas à conclusão do grau de estudo. Os resultados são também muito interessantes, estando de acordo com as conclusões anteriores. Nessa segunda regressão, cada ano de estudo influencia a renda recebida em 10,4%⁵⁸ (contra 11,2% em 96). Cada ano no serviço levaria, em média, a um aumento no rendimento de 2,54% (contra 2,28% em 1996).

A influência das faixas de idade foi sempre positiva, demonstrando uma clara tendência de os indivíduos mais novos receberem menores salários. As faixas entre 40 e 59 anos são as que mais recebem, com remuneração respectivamente 57,2% (faixa entre 40 e 49 anos) e 55,5% (para faixa de 50 a 59 anos) superiores aos indivíduos da primeira faixa com características semelhantes. Esse diferencial para a última faixa (60 a 65 anos) foi de 51,5%, valor também bastante elevado.⁵⁹

Encontra-se influência considerável para o sexo: os homens recebem, em média, 42,8% a mais que as mulheres com características semelhantes. Em relação aos setores, nota-se que, na indústria, indivíduos com características semelhantes recebem em média 2,2% a mais que o setor serviços, uma redução considerável em relação a 1996, quando a diferença era de 7,8%. Na construção civil, este diferencial foi de 3,2% menor que o setor serviços, enquanto no comércio registra-se uma taxa 5,8% inferior.⁶⁰

Em relação à posição na ocupação, os assalariados sem carteira, com características de sexo, idade, escolaridade, posição na ocupação e tempo de serviço similar aos assalariados com carteira, recebem, em média, 18,5% a menos (20% a menos em 1996). Este resultado mostra claramente que, mesmo controlando todas as demais variáveis, a mera existência ou não de carteira de trabalho representa uma diferença considerável na remuneração obtida, indicando a existência de segmentação no mercado de trabalho.

Para os assalariados do setor público, encontra-se uma diferença positiva de 11,9%.⁶¹ É importante qualificar esse dado, em virtude de sua diferença com os resultados do modelo anterior. Na primeira regressão, o intercepto para os assalariados do setor público foi negativo em 18%, mas essa diferença foi mais que compensada pela maior sensibilidade da renda aos anos de estudo nessa

⁵⁸ Segundo esse resultado, uma pessoa com 15 anos de estudo tenderia a receber 4,41 vezes a quantia recebida por uma pessoa sem escolaridade.

⁵⁹ Nessa segunda regressão, a influência da idade na renda é claramente maior.

⁶⁰ Em 1996, esse diferencial era 1,9% superior para o setor comércio.

⁶¹ Ocorreu, pois um claro aumento em relação a 1996, quando a regressão concluiu que indivíduos com características semelhantes recebiam 3,1% mais no setor público que como assalariado com carteira no setor privado.

categoria. Eliminando essa última variável, nota-se que seu efeito fica todo concentrado no intercepto, explicando o diferencial positivo em favor dos assalariados do setor público.

Para os autônomos, a remuneração média reduz-se em 12,3% em relação à categoria básica, enquanto em 1996 ela elevava-se em 4%. Esse resultado está de acordo com o encontrado na primeira regressão, sinalizando para a pouca relevância do resultado curioso encontrado para a sensibilidade da renda dos autônomos aos anos de estudo. Nesse sentido, o resultado das duas regressões reforça o efeito negativo que a posição na ocupação “autônomos” tem sobre a renda recebida.⁶²

Para os empregadores, a posição na ocupação significa um aumento de remuneração de 53,2%, enquanto para os empregados domésticos, indivíduos com características similares recebem 17,5% menos que os assalariados com carteira (em 1996 essa diferença era de 19%).

⁶² *O que quer dizer que indivíduos, com características similares, tendem a receber menos como autônomos que como assalariados com carteira, outra indicação da existência de segmentação no mercado de trabalho.*

5 CONCLUSÃO

Os resultados alcançados com as regressões estão bem em sintonia com aqueles observados a partir das tabelas, médias e índices de concentração apresentados na seção 3. A escolaridade tem uma influência significativa na determinação da renda, importância que é reforçada com a conclusão do segundo e terceiro grau completo, mas não do primeiro grau que, em 2001, ao contrário de 1996, não teve influência significativa na renda recebida. A influência da escolaridade é maior na indústria e entre os assalariados do setor público e é inferior para os assalariados sem carteira e para o setor comércio.

No caso do trabalhador autônomo, é notável como a renda dessa categoria declinou substancialmente em relação a 1996. Naquele ano, autônomos com baixa escolaridade e pouco tempo no serviço tendiam a receber mais que os assalariados com carteira, algo que foi fortemente revertido. As rendas dos autônomos, como visto, caíram principalmente no setor comércio e na construção civil.⁶³

Em relação à posição na ocupação, comprova-se também a discriminação existente para os assalariados sem carteira. Embora este grupo tenha uma escolaridade mais baixa, o fato de a renda ser menor não depende apenas disto. É uma categoria na qual seus integrantes, com as mesmas características que os assalariados com carteira, recebem em média uma renda 8,5% inferior (de acordo com a primeira regressão). Por sua vez, os anos de estudo significam também um adicional de renda inferior para essa categoria. **Assim, esses resultados ilustram os efeitos da segmentação no mercado de trabalho da RMBH, com a existência de postos de trabalho que, empregando indivíduos com características similares ao setor formal, os remunera de forma inferior.** Esses resultados estão em sintonia com aquele alcançado por Bonelli e Sedlacek (1991, p.74) que, utilizando também variáveis de controle, encontram para os assalariados sem carteira um diferencial de rendimento de 15% a 20% inferior ao verificado para os assalariados com carteira.⁶⁴

Também significativos são os resultados para os empregados domésticos e para os empregadores. Para esses últimos, tudo o mais constante, a renda é cerca de 50% superior à média

⁶³ A queda de renda para os autônomos superou a queda de renda dos ocupados em todos os setores de atividade. Mas essa diferença foi mais pronunciada na construção civil e no setor comércio. Na construção civil, a queda de renda média dos autônomos foi de 22,5%, enquanto para os ocupados essa queda foi de 16,7%. No comércio, a renda dos autônomos caiu cerca de 35%, enquanto essa queda para os ocupados foi de 24%. Na indústria e serviços, a queda na remuneração média dos autônomos foi respectivamente 20% e 16,5%.

para os assalariados com carteira, tendo ocorrido uma redução em relação a 1996, quando a diferença era de 63%. Como a remuneração média dos empregadores é 2,8 vezes superior à dos assalariados com carteira – bem maior que o efeito devido apenas à posição na ocupação –, o resultado aponta para o fato de que a particular distribuição de escolaridade, sexo, idade e setor entre os empregadores seria responsável pela remuneração mais elevada.

O resultado para a idade também não é surpreendente, estando de acordo com o fato de que os indivíduos que estão ingressando no mercado de trabalho receberem salários inferiores. É interessante o fato de o coeficiente de idade para quase todas as faixas ter se elevado no período, o que sinaliza uma redução na remuneração dos indivíduos que ingressam no mercado de trabalho vis-à-vis àquela obtida pelas demais faixas de idade. Em relação ao sexo, foi significativo o diferencial de rendimento de 36,8% (ou 42,8%, de acordo com a segunda regressão) em favor dos homens, embora seja também significativo o fato de que esse diferencial reduziu em pouco mais de quatro pontos percentuais em relação a 1996.


Enfim, os resultados para os setores de atividade econômica apontam principalmente para a maior sensibilidade da indústria à escolaridade e para o fato de que o diferencial no intercepto existente para o setor comércio, significativo em 1996, ter sido eliminado.⁶⁵ Em relação à construção civil, o intercepto é 8,2% inferior ao setor serviços (3,2% de acordo com a segunda regressão), enquanto a sensibilidade à escolaridade é muito parecida.

O principal objetivo do trabalho foi mostrar em detalhes os determinantes da distribuição de renda na RMBH, explorando os efeitos de cada variável sobre a renda recebida. Como conclusão geral, enfatizou-se a contribuição da escolaridade como variável mais relevante para explicar as variações de renda, seguida pela posição na ocupação. Os resultados encontrados para essas variáveis estão em consonância com aqueles encontrados por outros autores para o Brasil, como enfatizado na seção 2.

É importante destacar os resultados encontrados para os efeitos renda e composição e relacioná-los com a discussão mais geral feita na seção 2. Embora tenha havido uma melhoria na distribuição de renda, o resultado negativo encontrado para o efeito renda indica que a melhoria no grau de escolaridade não foi capaz de reduzir, na média, o valor de mercado da educação. Esse resultado diverge daquele encontrado por Barros, Henriques e Mendonça (2002) para Coréia do Sul e

⁶⁴ Resultado em consonância com a segunda regressão, que encontrou um diferencial de 19,5% (seção 4 alínea b). No entanto, é importante enfatizar que a pesquisa mostra uma pequena melhoria para os assalariados sem carteira em 2001 em relação a 1996.

⁶⁵ O que está de acordo com a forte redução na remuneração média verificada no setor comércio.



Colômbia, motivando algumas considerações. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que a melhoria no grau de escolaridade concentrou-se principalmente no segundo grau completo e que foi muito baixo o aumento no número de ocupados com terceiro grau completo. Assim, pode-se esperar que um crescimento mais intenso do nível de escolaridade (como ocorrido naqueles dois países), aumentando também o número de pessoas com terceiro grau completo, possa contribuir para reduzir o valor de mercado da escolaridade.

Em segundo lugar, os resultados podem também estar refletindo o fato de que a crise econômica e o aumento no desemprego impactaram mais fortemente os indivíduos menos qualificados, comprovando os resultados encontrados por Ramos (1993) para o início dos anos 80. Finalmente, o resultado para o efeito renda pode estar refletindo mudanças mais estruturais no mercado de trabalho relacionadas ao novo contexto produtivo e tecnológico. Comprovando-se essa hipótese, reduzem-se as razões para otimismo no que tange ao comportamento da distribuição de renda nos próximos anos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARROS, Ricardo Paes; RAMOS, Lauro. A Note on the Temporal Evolution of the Relationship between Wages and Education among Brazilian Prime-Age Males - 1976/1989. In: MENDONÇA, Rosane e URANI, André. *Estudos Sociais e de Trabalho*. Rio de Janeiro, IPEA, 1994.
2. BARROS, Ricardo Paes e MENDONÇA, Rosane. *Os Determinantes da Desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 1995 (Texto para discussão nº 377).
3. BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. Pelo Fim das Décadas Perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
4. BONELLI, Régis. e RAMOS, Lauro. *Distribuição de Renda no Brasil: Avaliação das Tendências de Longo Prazo e Mudanças na Desigualdade desde Meados dos Anos 70*. Rio de Janeiro, IPEA, 1993.
5. BONELLI, Régis. e SEDLACEK, Guilherme L. A evolução da Distribuição de Renda entre 1983 e 1988. In CAMARGO, José Márcio. *Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
6. CARVALHO, José Murilo. *Teatro de Sombras – A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996.
7. DIEESE-SP. *A Situação do Trabalho no Brasil*. São Paulo, DIEESE, 2001.
8. FERREIRA, Francisco. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (org). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
9. FISHLOW, Albert. *Brazilian Income Distribution: another look*. University of California, 1973, mimeo.
10. HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de Renda – medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: EDUSP, 1998.
11. KUZNETZ, Simon. Economic Growth and income inequality. *American Economic Review*, v.45, n.1, p.1-28, 1955.
12. LANGONI, Carlos. *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
13. LEFF, Nathaniel. Economic Development in Brazil, 1822-1913. In HABER, Stephen. *How Latin America Fell Behind – Essays on the Economic History of Brazil and Mexico, 1800-1914*. Stanford: Stanford University Press, 1997.
14. RAMOS, Lauro. *A Distribuição de Rendimentos no Brasil. 1976/85*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
15. RAMOS, Lauro e REIS, José Guilherme A. Distribuição de Renda: Aspectos Teóricos e o Debate no Brasil. In CAMARGO, José Márcio. *Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
16. RAMOS, Lauro e VIEIRA, Maria Lucia. *Desigualdade de Rendimentos no Brasil nas Décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes*. Rio de Janeiro, Ipea, 2001 (texto para discussão n.803).
17. REIS, José Guilherme A. e BARROS, Ricardo Paes. Desigualdade Salarial: resultados de pesquisas recentes. In CAMARGO, José Márcio. *Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.



**SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E ESPORTES**

Rua Martim de Carvalho, 94
Santo Agostinho
CEP. 30190-090
Belo Horizonte - MG
Fone: (31) 3292-2000
Fax: (31) 3275-2799
sinemg.setascad@mail.mg.gov.br
comunicacao.setascad@mail.mg.gov.br

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Alameda das Acácias, 70
São Luís / Pampulha
CEP. 31275-150
Belo Horizonte - MG
Fone: (31) 3448-9719/ 3448-9557
Fax: (31) 3448-9614 / 3448-9546
www.fjp.gov.br
cei@fjp.gov.br